

# O CONSUMO DE ALIMENTOS EM BOTUCATU, S.P.

ELIAS JOSÉ SIMON

Orientador: RODOLFO HOFFMANN

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura «Luiz de Queiroz», da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Economia Agrária

PIRACICABA  
Estado de São Paulo - Brasil  
Junho, 1981

À Maria Isolda e Juliana

A meus pais e irmãos.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer às pessoas e instituições que colaboraram diretamente na realização desse trabalho, o que não significa um esquecimento daqueles que indiretamente tenham dado sua colaboração.

Ao Professor Rodolfo Hoffmann pela segura e valiosa orientação.

Aos Professores Flávio Abranches Pinheiro, Oriowaldo Queda, José Graziano da Silva e Marília O. Andrade, pelas importantes críticas e sugestões.

Aos colegas do Departamento de Economia Rural da F.C.A./UNESP - Botucatu: Antonio Eneidi Boaretto, Fernando Goulart de Andrade e Souza, Izabel de Carvalho, José Amaral Wagner Neto, José Maria Ferreira Jardim da Silveira, José Matheus Yalenti Perosa, Maria Helena Rocha Antuniassi, Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco e Toshio Nojimoto, pelas discussões e sugestões em diversas fases da pesquisa.

Ao Professor Luiz Carlos Giarola do Departamento de Medicina em Saúde Pública da F.M.B./UNESP, pelo auxílio no entendimento das questões relacionadas à nutrição.

A Luiz Carlos Gomes e Sheila Zambello de Pinho pelos trabalhos de programação e processamento de dados.

A Carlos Roberto Monteiro, João Carlos Athanásio, e Olga Maria Sarmiento e Souza pelo levantamento dos dados primários.

À Eugênia Antonia da Silva Ribeiro, Jocelei Stringueta Machado, José Carlos Soares, Martha Fernandes Martins e Ubirajara de Castro Neme pela colaboração durante o desenvolvimento da pesquisa.

À Prefeitura Municipal de Botucatu pela cessão do Rol de Lançamento de Impostos Prediais que serviu de base para a amostragem.

## ÍNDICE

	Página
LISTA DE TABELAS .....	vi
RESUMO .....	ix
SUMMARY .....	xiii
1. INTRODUÇÃO .....	01
2. REVISÃO DE LITERATURA .....	12
2.1. A produção e distribuição dos alimentos .....	18
2.2. Análise de estudos sobre o consumo de alimentos .....	37
3. METODOLOGIA .....	68
3.1. A area de estudo .....	
3.2. A coleta dos dados .....	75
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	79
4.1. Características gerais da população .....	82
4.2. Discussão dos resultados .....	90
5. CONCLUSÕES .....	117
BIBLIOGRAFIA CITADA .....	124

## LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1: Custo da Ração, tempo de trabalho e custo da ração/salário mínimo. São Paulo .....	4
Tabela 2: Distribuição dos domicílios e das pessoas da amostra segundo os estratos de rendimento. Botucatu, 1978 .....	78
Tabela 3: Distribuição da população segundo a idade e o sexo. Botucatu, 1978 (porcentagem)	83
Tabela 4: Distribuição da população segundo o sexo e a idade. Botucatu, 1978 (porcentagem)	84
Tabela 5: Grau de escolaridade dos chefes e dos membros da família acima de 14 anos. Botucatu, 1978 (porcentagem) .....	85
Tabela 6: Condições das residências conforme o tipo de construção. Botucatu, 1978 (porcentagem) .....	86
Tabela 7: Condições de habitação conforme o número de quartos e o número de pessoas. Botucatu, 1978 (porcentagem) .....	88
Tabela 8: Distribuição das pessoas da amostra que auferem rendimentos, segundo o setor de atividades. Botucatu, 1978 (porcentagem) .....	89

Tabela 9	Distribuição dos rendimentos entre as pessoas. Botucatu, 1978 (porcentagem)	91
Tabela 10:	Porcentagem do rendimento gasto em alimentação. Botucatu, 1978 (porcentagem)	92
Tabela 11:	Participação relativa dos vários grupos de alimentos no dispêndio total. Botucatu, 1978 (porcentagem) .....	94
Tabela 12:	Participação relativa dos grandes grupos de alimentos no dispêndio total. Botucatu, 1978 (porcentagem) .....	97
Tabela 13:	Dispêndio mensal "per capita" com os vários grupos de alimentos. Botucatu, 1978(cruzeiros de 1978) .....	99
Tabela 14:	Dispêndio mensal "per capita" com os grandes grupos de alimentos. Botucatu, 1978 (cruzeiros de 1978)	100
Tabela 15:	Proporção do dispêndio com alimentos em relação aos vários locais de compra. Botucatu, 1978 (porcentagem) .....	102
Tabela 16:	Participação dos diversos estratos de rendimento no total do dispêndio com alimentos em cada local de compra. Botucatu, 1978 (porcentagem) .....	105
Tabela 17:	Locais de compra e proporções das compras à vista e a prazo. Botucatu, 1978 (porcentagem) .....	108

Tabela 18: Proporções das compras à vista e a prazo pelos locais de compra. Botucatu, 1978 (porcentagem) .....	111
Tabela 19: Participação dos chefes, mulheres, menores de 14 anos e outros no total das pessoas que auferem rendimentos. Botucatu, 1978 (porcentagem) .....	114
Tabela 20: Participação dos rendimentos dos chefes, mulheres, menores de 14 anos e outros na composição do rendimento familiar. Botucatu, 1978 (porcentagem) .....	116



## O CONSUMO DE ALIMENTOS EM BOTUCATU, SP

ELIAS JOSÉ SIMON

Orientador: Rodolfo Hoffmann

## RESUMO

Neste estudo são analisadas algumas questões relacionadas ao consumo de alimentos, especialmente no que tange às suas relações com a distribuição de rendimento entre a população. Os dados utilizados foram obtidos na zona urbana do município de Botucatu, SP, a partir de um questionário sobre consumo alimentar aplicado junto a famílias de uma amostra, em janeiro de 1978. Foram entrevistadas 261 famílias, e o questionário visava, entre outras coisas, a obtenção de informações referentes às condições de moradia, ao rendimento monetário familiar, à despesa mensal da família com alimentos (no questionário constavam 143 tipos de alimentos), aos locais de compra destes alimentos e aos montantes das compras a vista ou a prazo. A análise baseou-se na classificação das famílias em sete estratos de rendimento mensal "per capita". Foram portanto abarcadas no mesmo estrato de rendimento pessoas com atividades bastante diversas tendo porém em comum as mesmas bases financeiras para enfrentar as dificuldades, quando existen

tes, relacionadas à obtenção de alimentos.

Tendo como quadro de referência alguns aspectos relacionados à produção agrícola, indústria alimentar, comercialização e consumo, pôde-se concluir que:

- a) os estudos sobre consumo de alimentos devem levar em consideração também outros fatores que muitas vezes parecem não ter ligação direta com a questão. Como exemplo, pode-se citar a importância do capital comercial e/ou industrial no sentido de ter maior controle sobre o processo de produção agrícola, bem como de utilizar diversos mecanismos visando o aumento da demanda e conseqüentemente "forçando" um determinado padrão de consumo;
- b) a distribuição desigual dos rendimentos reflete-se numa diferenciação da estrutura de consumo de alimentos;
- c) a maior parte dos gastos com alimentação das pessoas dos estratos de menor rendimento se dá com alimentos energéticos, ao passo que nos estratos superiores, essa proporção é maior para os alimentos proteicos animais. Mesmo assim, isso não significa que as pessoas de baixos rendimentos tenham suas necessidades calóricas satisfeitas;

- d) os locais de compra variam também conforme o nível de rendimento, destacando-se a importância dos empórios, armazéns e quitandas como fornecedores de alimentos às pessoas de baixos rendimentos

Quanto às estratégias utilizadas pelas pessoas de menores rendimentos, as principais conclusões foram que:

- a) em relação à habitação, essas pessoas procuram utilizar um espaço pequeno para reduzir o custo monetário da moradia. Enquanto para as famílias de menores rendimentos há a necessidade de se ter em torno de duas pessoas por quarto (no primeiro estrato de rendimento são em média 2,8 pessoas por quarto), no estrato superior há mais de um quarto por pessoa;
- b) a utilização do crédito ("caderneta", "conta") é uma prática bastante comum, especialmente junto aos empórios, armazéns e quitandas, permitindo manter uma continuidade nas compras de alimentos. Em Botucatu, do total de gastos com alimentos das pessoas com rendimentos até um salário mínimo, cerca de 29% é a prazo;
- c) é de grande importância a incorporação dos rendimentos de mulheres, menores e outros membros da família, que representam em conjunto mais de um terço

do total de rendimentos das famílias dos três primeiros estratos. Esses rendimentos vem se somar ao rendimento do chefe na tentativa de assegurar a subsistência da família.

Finalmente, cabe acrescentar que os programas de nutrição que procuram resolver a questão pelos determinantes aparentes da desnutrição (ignorância da população, etc.), sem alterar a renda e/ou sua distribuição, não constituem solução definitiva do problema.

## FOOD CONSUMPTION IN BOTUCATU, SP

ELIAS JOSÉ SIMON

Adviser: Rodolfo Hoffmann

## SUMMARY

Some matters associated with food consumption, especially as related to income distribution among the population, are analyzed. The data utilized were obtained in the city of Botucatu, SP. A sample of 261 families was interviewed in January 1978, through a food consumption questionnaire which aimed, among other things, at obtaining information on housing conditions, family income, monthly expenditures on food products (143 types of food products were included in the questionnaire), places where the food is bought and whether purchases are paid cash or on credit. The analysis was based on the classification of families into seven strata according to "per capita" monthly income. Therefore, persons exerting different activities but with similar financial bases to face the difficulties relating to the obtention of food were included in the same income strata.

Using some aspects related to agricultural production, food production industry, marketing, and consumption

as a point of reference, it may be concluded that:

a) studies on food consumption should also take into account other factors which sometimes do not seem to have a direct connection with the question. The importance of commercial and/or industrial capital which enables a greater control over the agricultural production process and also the utilization of varied mechanisms aimed at increasing the demand and consequently "forcing" a specific consumption pattern may be cited as examples.

b) uneven income distribution is reflected in a differentiation in the structure of food consumption.

c) the major part of expenditures on food products of persons in the lower income strata refer to caloric food, whereas in the higher income strata, this ratio is higher for animal protein food. This does not mean, however, that the calorie needs of persons in the lower income strata are met.

d) the purchase sites vary according to income level, emporiums, grocery stores and greengrocers being important food suppliers for low income persons.

The main conclusions relating to the strategies utilized by lower income persons are:

a) on housing - such persons attempt to utilize a small space to save on the cost of housing. While the lower income

families need to have around two persons per room (in the first income strata the average is 2.8 persons per room), in the highest strata there is more than one room per person;

b) the utilization of credit is a common practice, especially, in emporiums, grocery stores, and greengrocers (charge accounts). This permits continued food supplies. About 29% of the expenditures on food products of persons whose income is up to one minimum salary refers to on credit buying.

c) the income earned by women, children and other members of the family, representing, as a whole, over one third of total income of families in the first three strata, is very important. This income is added to that of the family head, in attempting to ensure the subsistence of the family.

At last, it should be added that the nutritional programs aimed at solving the problem through the apparent determinants of undernourishment (ignorance of the population, etc) without changing the income and/or its distribution do not constitute a definiti solution to the problem.

## 1. INTRODUÇÃO

É inegável a importância que têm assumido atualmente os estudos e as discussões a respeito das condições nutricionais de determinados setores da população. Historicamente, a subnutrição de grande parte da população brasileira tem sido um grave problema que vem se arrastando até hoje e não há perspectivas definidas de solução, pelo menos a curto e médio prazos.

A subnutrição, juntamente com as moléstias contagiosas e a necessidade de melhores condições sanitárias, constituem-se nos principais problemas relacionados à Saúde Pública. As deficiências nutricionais têm sido apontadas como causas diretas ou associadas à mortalidade infantil, bem como responsáveis pelo comprometimento do desenvolvimento cerebral - portanto da capacidade de aprendizado e da acumulação de conhecimento - quando ocorre nos primeiros anos de vida. Os estudos voltados para o problema nutricional estiveram por muito tempo a cargo dos profissionais da área de saúde. Mais re



centemente, outros profissionais, principalmente da área de Ciências Sociais, têm sido instados a participar no equacionamento e determinação das variáveis sócio-econômicas relacionadas ao assunto.

Um diagnóstico do consumo de alimentos no Brasil pode ser encontrado em SOBRAL (1973), que analisa uma série de estudos, principalmente na década de 60, em várias regiões do país, apresentando dados comparativos para o Brasil e outros países. Uma das conclusões do autor é que, tanto no aspecto quantitativo como qualitativo, o nível nutricional do povo brasileiro persiste apresentando graves deficiências.

Em 1938 parece que a questão já se apresentava como relevante, visto ter sido neste ano baixado o Decreto-Lei 399 de 30 de abril que criava a Ração Essencial<sup>1/</sup>. Essa ração determinava as seguintes quantidades mensais mínimas de alimentos, indispensáveis para um trabalhador viver na cidade de São Paulo:

carne	6,00 kg
leite	7,50 l
feijão	4,50 kg
arroz	3,00 kg
farinha de trigo	1,50 kg

---

<sup>1/</sup> Segundo SANTOS (1973) esse mesmo Decreto-Lei regulamentava o salário mínimo no Brasil, o qual foi constituído pela Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936 e que serviu de base à expedição da primeira tabela de salário mínimo no país, imposta pelo Decreto-Lei 2.162, de 1º de maio de 1940.

batata	6,00 kg
tomate	9,00 kg
pao	6,00 kg
café	0,60 kg
banana	7,50dz
açúcar	3,00kg
banha	0,75 kg
manteiga -	0,75 kg

Se o trabalhador consumisse tais alimentos, nessas quantidades, estariam satisfeitas as necessidades calóricas, protéicas e vitamínicas.

No entanto, a relação entre a quantidade mínima de alimentos e o salário mínimo evoluiu, na década de 70, de maneira desfavorável para o trabalhador. Os dados do DIEESE (1979) apresentados na tabela 1 podem confirmar essa afirmativa.

O custo da ração aumentou substancialmente no período, passando do índice 100 em dez./70 para 2.190 em dez./79. As horas de trabalho necessárias para se poder comprar a ração essencial aumentaram em 40%, e a relação entre o custo da ração/salário mínimo passou de 43% a 60% no mesmo período. Ora, se a ração essencial representa a quantidade mínima de alimentos para um trabalhador, e se o salário mínimo é voltado para satisfazer as necessidades do trabalhador e sua família, pode-se assegurar que, na medida em que os gastos do

Tabela 1. Custo da ração, tempo de trabalho e custo da ração/salário mínimo. São Paulo.

Período	Custo da Ração		Tempo de Trabalho		Custo da Ração/Salário Mínimo
	Cr\$	Índice	Horas necess.	Índice	
Dez/70	80,59	100	103h. 19min.		43
Dez/71	106,79	133	113h. 25min.	110	47
Dez/72	147,92	184	132h. 05min.	128	55
Dez/73	206,32	256	158h. 42min.	154	66
Dez/74	273,30	339	157h. 59min.	153	66
Dez/75	342,53	425	154h. 18min.	149	64
Dez/76	480,01	596	150h. 00min.	145	63
Dez/77	649,70	806	140h. 56min.	136	59
Dez/78	941,09	1.168	144h. 47min.	140	60
Dez/79	1.764,99	2.190	144h. 26min.	140	60

Fonte: DIEESE (1979).

trabalhador apenas com alimentos representaram cerca de 60% do salário mínimo<sup>1/</sup> em 1979, as condições de vida da família estão comprometidas - a não ser que estas famílias encontrem outras formas ou estratégias de sobrevivência. A situação apre

<sup>1/</sup> O Decreto-Lei nº 399 estabelecia que além das despesas com alimentação, o salário mínimo deveria também ser suficiente para cobrir as despesas diárias com habitação, vestuário, higiene e transporte necessários à vida de um trabalhador adulto.

senta-se ainda mais preocupante se considerarmos que no Estado de São Paulo, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE em 1979, cerca de 17% da população economicamente ativa tinha rendimento mensal de até um salário mínimo e quase metade (47,8%), não conseguia atingir dois salários mínimos. Para o Brasil como um todo, os dados do PNAD revelam que, da população economicamente ativa, 35,3% tinha rendimento até um salário mínimo e 64,6% tinha rendimento até dois salários mínimos.

É preciso ainda ter em conta que, segundo QUEDA (1978), a razão essencial foi definida em 1938 e portanto está totalmente desatualizada em relação à época atual, podendo assim estar defasada em relação à realidade que ora se apresenta. Nesse mesmo sentido, afirma SANTOS (1973:196): "Pelo § 3º do art. 81 (da CLT), o Ministério do Trabalho deveria rever periodicamente esses quadros, de modo a ajustá-los segundo o avanço dos conhecimentos sobre Nutrição Humana. Ao que se sabe, porém, não obstante os progressos da Ciência nesse ramo, no da Tecnologia de Alimentos e nos costumes alimentares da população, jamais se procedeu a qualquer revisão nos velhos quadros de mais de trinta anos atrás".

Quanto a esses aspectos, cabe acrescentar que vários fatores têm contribuído para mudanças nos hábitos de consumo: a introdução de novos produtos, a modificação dos preços relativos, a disseminação de informações e estímulos pelos meios de comunicação, os movimentos migratórios do campo para

a cidade, etc. (SUPLICY, 1981). Tais mudanças têm, consequentemente, alterado as proporções dos gastos das famílias com os diversos bens e serviços que necessitam. Portanto, é necessário o estudo periódico dos padrões de gastos realizados pelas famílias, para se avaliar corretamente em que medida as variações dos preços dos diversos bens e serviços afetam o poder aquisitivo dos salários ou dos rendimentos das famílias. Tendo presente essas preocupações, o DIEESE iniciou um levantamento em 1981, junto às famílias da Região Metropolitana de São Paulo, visando examinar a estrutura do orçamento doméstico da população residente nessa área. Ainda, segundo SUPLICY (1981), o DIEESE já havia realizado duas pesquisas sobre orçamentos familiares: uma em 1958 e outra em 1969/70. Para se poder avaliar a importância da realização periódica dessas pesquisas o autor acrescenta que, no levantamento realizado em 1969/70 constatou-se que, em média, em cada família de trabalhadores havia mais pessoas trabalhando para receber uma renda não superior à obtida na época da primeira pesquisa, em 1958.

Dada a relevância da problemática exposta, torna-se necessário o aprofundamento da discussão em torno da questão dos alimentos enquanto fonte dos nutrientes necessários.

Primeiramente, é importante situar que a Nutrição "é um conjunto de fenômenos que permite ao organismo receber e utilizar as substâncias contidas nos alimentos, promovendo:

- o crescimento do organismo: aumento do seu tamanho ou de suas partes;
- a manutenção das funções orgânicas: suprimento contínuo de substâncias essenciais para o bom funcionamento do organismo;
  - a restauração dos tecidos orgânicos: formação de novas células quando o tecido ou uma parte deste é destruído". (MATTOS e outros, 1979:1).

Os alimentos fornecem ao organismo os seguintes nutrientes: proteínas, lipídios, glucídios, vitaminas, minerais e água. As proteínas, lipídios e os glucídios são fornecedores de energia e têm como principais funções manter o crescimento, a regeneração dos tecidos, o desempenho das funções orgânicas, a temperatura corporal e os movimentos do indivíduo. Os outros nutrientes vitaminas, minerais e água não fornecem energia, mas são importantes no metabolismo dos três nutrientes que fornecem energia.

De forma resumida pode-se apresentar os agrupamentos dos alimentos e suas principais contribuições em rela-

ção ao fornecimento de nutrientes, da seguinte maneira:

a) Leite e derivados (leites, queijos, iogurte, coagulada)

Contribuição principal: cálcio, fósforo, vitamina B<sub>2</sub> e proteínas.

b) Carnes, ovos e leguminosas

Contribuição principal: proteínas, ferro, fósforo e vitaminas do complexo B.

c) Hortaliças

Contribuição principal: vitaminas e minerais.

d) Frutas

Contribuição principal: vitaminas e minerais.

e) Cereais e feculentos

Contribuição principal: glucídios, vitaminas e minerais.

f) Açúcares e gorduras

Contribuição principal: glucídios e lipídios.

A partir dessas informações depreendem-se os problemas que decorrem de uma alimentação precária ou em níveis

insatisfatórios, entendendo-se por isso tanto a falta como o excesso de qualquer nutriente. Por exemplo, "o requerimento calórico de uma dieta normal deve ser preenchido utilizando-se predominantemente alimentos ricos em hidratos de carbono e gorduras. As proteínas, embora forneçam calorias, são nutrientes mais essenciais à formação de tecidos, e por isso não devem ser utilizados como fonte energética". (MATTOS e outros, 1979:119). Entretanto, quando a alimentação apresenta deficiência em glucídios e lipídios, além de proteínas, estas irão atuar como fonte energética deixando de cumprir suas funções principais. Aparece então uma das mais importantes deficiências nutricionais - a desnutrição protéico-calórica, principalmente na América Latina, África e Ásia (MONTEIRO, 1978), provocada pela não ingestão em quantidades suficientes de alimentos proteicos e calóricos. Além desse, outros problemas provenientes da má nutrição podem ser citados: anemias (causadas especialmente pela deficiência de vitamina B<sub>12</sub>, ácido fólico e ferro), cegueira noturna (deficiência de vitamina A), o bócio endêmico (carência de iôdo), o bériberi (deficiência de tiamina), etc.

A subnutrição, "doença" já bastante difundida entre a população, parece não ter como causa principal o mau funcionamento do organismo ou distúrbios relacionados ao metabolismo dos nutrientes. São apontadas como causas principais outros fatores, de natureza externa ao organismo, que dessa maneira passam a assumir um papel relevante e portanto devem ser colocados no plano da análise principal.



Os alimentos, quando analisados pelo lado da produção permitem captar a importância do trabalho familiar, a presença marcante da pequena produção subordinada. Vistos pelo lado do consumo, representam um dos aspectos mais importantes, principalmente para as pessoas de baixos rendimentos, através dos quais podem ser avaliadas as condições de reprodução da força de trabalho. Não se quer diminuir a importância de outros componentes, também de real significado - como as condições de trabalho, de saúde, de habitação, de higiene, etc. - mas centrar a análise no consumo de alimentos como principal objetivo desta pesquisa.

Para tanto, será elaborada uma revisão da literatura onde se procurará situar o consumo num quadro mais geral de análise, além de uma caracterização da produção e comercialização de alimentos no Brasil e de uma discussão dos estudos voltados especificamente para o consumo de alimentos. Em seguida, será discutida a metodologia utilizada, e finalmente, através de dados primários obtidos para a cidade de Botucatu, serão estudados os seguintes pontos específicos:

- a) As características gerais da população.
- b) A distribuição dos rendimentos e os gastos com a alimentação.
- c) A estrutura do consumo de alimentos da população conforme o nível de rendimento.

d) As principais estratégias de consumo de alimentos,  
no tocante

1. aos principais locais de compra;
2. à importância das compras à vista e a prazo;
3. às formas de elevação do rendimento monetário fa  
miliar.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

Esse capítulo tem por objetivo fundamental uma caracterização da produção e comercialização dos alimentos no Brasil bem como uma análise de estudos voltados especificamente para o consumo de alimentos.

Antes, porém, é necessário situar o consumo num quadro mais geral de análise, no sentido de relacioná-lo com a produção, a distribuição e a troca. Para tanto, foi utilizado como referência a Introdução à Crítica da Economia Política de 1857, de MARX, onde o autor procura estabelecer as relações entre aqueles momentos.

Inicialmente, em relação à produção e o consumo, afirma MARX (1977:209-211): "... a produção é imediatamente consumo, o consumo imediatamente produção. Cada um é imediatamente o seu contrário. Mas opera-se simultaneamente um movimento intermediário entre os dois termos. A produção é a intermediária do consumo, a quem fornece os elementos materiais

e que, sem ela, não teria qualquer objetivo. Por seu lado, o consumo é também o intermediário da produção, dando aos produtos o motivo que os justifica como produtos. Só no consumo o produto conhece sua realização última... Sem produção não há consumo, mas sem consumo também não haveria produção, porque neste caso a produção não teria qualquer objetivo. O consumo produz duplamente a produção: 1º) somente pelo consumo o produto se torna realmente produto... 2º) o consumo cria a necessidade de uma nova produção, por conseguinte a razão ideal, o móbil interno da produção, que é a sua condição prévia..."

'... a produção gera o consumo: 1º) fornecendo-lhe a sua matéria; 2º) determinando o modo de consumo; 3º) criando no consumidor a necessidade de produtos que começaram por ser simples objeto. Produz, por conseguinte, o objeto de consumo, o modo de consumo, o instinto de consumo...'

'A identidade entre o consumo e a produção surge sob um triplo aspecto:

- 1º) Identidade imediata. A produção é consumo; o consumo é produção...
- 2º) Ambos surgem como intermediários um do outro; uma é intermediada pelo outro, o que se exprime pela sua interdependência, movimento que os relaciona entre si e os torna reciprocamente indispensáveis, embora se conservem exteriores uma ao outro...

3º) A produção não é apenas imediatamente consumo, nem o consumo imediatamente produção; igualmente a produção não é apenas um meio para o consumo, nem o consumo um fim para a produção, no sentido de que cada um dá ao outro o seu objeto, a produção o objeto exterior do consumo, o consumo o objeto figurado da produção. De fato, cada um não é apenas imediatamente o outro, nem apenas intermediário do outro; cada um, ao realizar-se, cria o outro; cria-se sob a forma do outro".

Deve-se assinalar ainda, que segundo o autor, nesse processo a produção é o verdadeiro ponto de partida e portanto o fator que prevalece e que entre a produção e o consumo interpõe-se a distribuição. Quanto às relações entre a produção e distribuição assinala que esta, antes de ser distribuição de produtos é distribuição dos meios de produção e dos membros da sociedade pelos diferentes generos de produção. Assim: "A distribuição dos produtos é manifestamente o resultado desta distribuição que, incluída no próprio processo de produção, lhe determina a estrutura" (MARX, 1977:214). Em relação à troca, entre outras coisas, afirma que a mesma é também manifestamente um momento da produção, ou seja, aparece diretamente compreendida na produção ou por ela determinada.

Concluindo, acrescenta: "Não chegamos à conclusão de que a produção, a distribuição, a troca e o consumo são

idênticos, mas que são antes elementos de uma totalidade, diferenciações no interior de uma unidade. A produção ultrapassa também o seu próprio quadro na determinação antitética de si mesma, tal como os outros momentos. É a partir dela que o processo recomeça sem cessar. É evidente que a troca e o consumo não podem prevalecer sobre ela. O mesmo acontece com a distribuição enquanto distribuição de produtos. Mas, enquanto distribuição dos agentes de produção a distribuição é um momento da produção. Uma produção determinada determina portanto um consumo, uma distribuição, uma troca determinadas, regulando igualmente as relações recíprocas determinadas desses diferentes momentos. A bem dizer a produção, na sua forma exclusiva, é também, por seu lado, determinada pelos outros fatores. Quando o mercado, ou seja, a esfera da troca, por exemplo, se desenvolve, cresce o volume da produção, operando-se nela uma divisão mais profunda. Uma transformação da distribuição provoca uma transformação da produção; é o caso da concentração do capital, da repartição diferente da população entre a cidade e o campo, etc. Finalmente, as necessidades inerentes ao consumo determinam a produção. Há reciprocidade de ação entre os diferentes momentos. O que acontece com qualquer totalidade orgânica" (MARX, 1977:217).

Dessas colocações, pode-se depreender que há uma unidade indissolúvel entre os diversos "momentos" do processo econômico, e que há uma série de relações complexas entre os mesmos. Especialmente no que tange às relações entre

o consumo e os outros momentos, pode-se afirmar que o seu estudo se justifica pela sua importância, mas que deve ser realizado tendo presente os outros momentos.

É através da venda que se realiza o valor das mercadorias, o que permite a obtenção do lucro pelas empresas capitalistas. E, quanto maior o consumo e sua velocidade de expansão, mais interessante é para o capital, que não mede esforços no sentido de expandir cada vez mais a demanda. Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, o capital, no esforço de minimizar os custos de produção, limita o consumo.

Assim, o consumo se realiza a partir e como consequência de um processo (histórico) que determina a sua configuração, sem necessariamente ser produto exclusivo da vontade ou das necessidades individuais. Uma coisa é a vontade ou as necessidades dos indivíduos, outra é a imposição de determinados padrões de consumo através da oferta de determinados produtos, da propaganda e da adaptação deste consumo aos limites do rendimento monetário familiar. Alguns princípios como a soberania do consumidor e sua racionalidade não têm a validade que se pretende uma vez que outros mecanismos "criam" as necessidades e "estabelecem" as formas de consumo. Estes mecanismos, "criados" pela necessidade de expansão do consumo no sentido de se ampliar o mercado e concretizar a transformação das mercadorias em dinheiro, são analisados por GIOVANNI (1980: 40) da seguinte maneira: "No caso das relações produção/consumo, no modo de produção capitalista, no estágio de desenvolvi-

mento atual, a continuidade da acumulação requer, dentro de um processo de direção cultural, a constituição e manutenção de uma 'ideologia de consumo'.

Por esta expressão estamos entendendo um conjunto de elementos ideais (representações, valores, pautas de conduta, etc), componentes de uma determinada 'concepção de mundo', que prendem e orientam práticas de consumo, cuja efetivação propicia a realização do valor gerado na produção capitalista. Assim sendo, incluem-se na 'ideologia de consumo' tanto elementos provenientes de certas formulações das Ciências Sociais (por exemplo, a afirmação da subjetividade das necessidades humanas, o 'poder do consumidor', etc), quanto elementos componentes do senso comum (por exemplo, valores relativos à moda). Na verdade, tal expressão circunscreve, para nós uma particularização da 'concepção do mundo', da ideologia inerente ao capitalismo, especificamente naquilo em que está referida aos comportamentos que implicam em atos de consumo".

Ainda, em relação à "ideologia do consumo", suas funções são apontadas por GIOVANNI (1980 :46) como:

"Atua, em primeiro lugar, como um dos mecanismos necessários à realização do valor na produção capitalista, operando no sentido de minimizar a contradição entre a capacidade ilimitada de produzir e a capacidade limitada de consumir, pela intensificação dos atos de consumo. E atua, em



segundo lugar, internalizando nos agentes sociais (individuais ou coletivos), como sendo necessidades individuais ou coletivas, subjetivas, os imperativos da ordem de produção".

### 2.1. A produção e distribuição dos alimentos

Os alimentos, desde a sua produção até o consumo, têm sido objeto de grande número de estudos e debates, no sentido de se procurar desvendar os principais fatores intervenientes nesse processo. Cada fase do processo é, por si so, um tema amplo e complexo, o que tem levado a inúmeras investigações, que de uma maneira ou de outra procuram dar conta da problemática.

Considerando essa complexidade, pretende-se aqui apenas tentar uma caracterização do referido processo, tendo como base alguns trabalhos científicos, com o objetivo de se apresentar algumas relações importantes entre as diversas fases do mesmo. Tal tentativa se faz necessária para auxiliar na compreensão dos resultados da presente pesquisa.

No tocante à produção de alimentos, os estudos procuram situá-la quanto às suas principais relações com o desenvolvimento capitalista e a acumulação no conjunto da economia.

Um dos trabalhos que aponta para a colocação do problema nessa perspectiva é o desenvolvido por GRAZIANO DA

SILVA et alii (1978). Trabalhando com dados do INCRA, os autores ressaltam o elevado padrão de concentração da propriedade da terra no Brasil bem como a persistência desse padrão tanto no tempo como no espaço. Para o ano de 1972 os dados mostram que 85% dos imóveis rurais tinham áreas inferiores a 100 ha e possuíam pouco mais de 15% da área cadastrada. De outro lado, os imóveis maiores de 100 ha representavam menos de 15% do total de imóveis e se apropriavam de quase 85% da área total. Os imóveis acima de 1.000 ha, que perfaziam apenas 1,5% dos imóveis no país, detinham mais da metade (51,5%) da área total cadastrada. Dado esse quadro da distribuição da propriedade da terra, os autores mostram que a responsável pela maior parte do abastecimento alimentar das cidades e do próprio meio rural é a pequena produção, enquanto a produção capitalista se mantém voltada para as atividades mais rentáveis. Assim, os imóveis com área menor que 100 ha são responsáveis por mais da metade da área colhida de produtos básicos de alimentação, dos produtos de transformação industrial e dos hortifrutícolas. Por outro lado, as propriedades com mais de 2.000 ha, embora possuam 40% da área cadastrada, têm reduzida participação (menos de 7%) na área colhida desses produtos. Deve-se ainda acrescentar que a produção de alimentos provem de pequenas unidades não só em tamanho mas também em termos de valor da produção, predominando os imóveis que utilizam fundamentalmente a mão-de-obra familiar. Cabe frisar que não se trata apenas da pequena propriedade familiar, mas também de produção de pequenos arrendatários, parceiros e posseiros.

E importante ainda destacar como a pequena produção é situada pelos autores em relação à economia como um todo: "Na verdade, a produção de alimentos no Brasil, exceto alguns casos particulares, não tem sido atrativa para o capital na medida em que o mecanismo de fixação de preços a torna pou-co ou nada rentável. A ela se dedicam pequenos produtores em geral, que como se viu, são responsáveis pela maior parcela da produção...

'Finalmente, convém lembrar que o desenvolvimento do capitalismo se dá no conjunto da economia e nao na agricultura como setor particular e independente. Isso significa que uma determinada estrutura de preços agrícolas pode afetar a acumulação em outros setores da economia. Disso resulta que, muitas vezes, as formas capitalistas de produção não conseguem concorrer com a pequena produção, uma vez que a acumulação de capital no conjunto da economia é favorecida pela manutenção dos preços dos produtos agrícolas em níveis relativamente baixos. Daí a expansão da pequena produção que, embora articulada subordinadamente ao modo de produção capitalista, apoia-se em relações de produção não-capitalistas, como e o caso, em grande parte das pequenas propriedades, da parceria e do arrendamento no Brasil" (GRAZIANO DA SILVA et alii, 1978: 256)

Ainda relativamente à produção de alimentos, e interessante a referência ao trabalho de QUEDA et alii (1979) que trata especificamente das culturas de arroz e feijão no Brasil. Os autores mostram que para essas culturas está ha-

vendo uma mudança da produção especialmente para as regiões de fronteira, diminuindo portanto nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Os dados revelam para o período de 1955 a 1973 que, de fato, tanto a área colhida quanto a quantidade produzida tem diminuído nesses dois Estados e aumentado em quase todos os outros. Paralelamente, os autores constataam uma forte diminuição também da população rural em São Paulo e Rio de Janeiro, que pode ser talvez um dos aspectos relacionados com a queda da produção de arroz e feijão nestes Estados. Apresentando ainda outros dados relativos à produção de alimentos, os autores afirmam: "Em síntese, esses resultados permitem apoiar a hipótese de que nos estados onde a agricultura já assumiu, em grande parte, o caráter capitalista (Rio de Janeiro e São Paulo), as culturas de baixo valor por unidade de área (alimentos básicos, principalmente) tendem a ser substituídas.

culturas substitutivas são aquelas para as quais existe um mínimo de rentabilidade econômica que possibilite ao empresário remunerar os fatores empregados e auferir ainda um certo lucro" (QUEDA et alii, 1979:50).

Essa condição da pequena produção de alimentos também está relacionada ao mercado dos centros urbanos no que se refere à distribuição da renda da população. Nesse sentido, GRAZIANO DA SILVA e QUEDA (1979) assinalam que, dado um padrão de distribuição da renda altamente concentrado no setor urbano, o estímulo que o desenvolvimento urbano-industrial deveria proporcionar às áreas rurais através dos mecanismos de

preços não consegue dinamizar as áreas produtoras de alimentos básicos. Assim, apenas os pequenos produtores, que estão impossibilitados de assumir o comportamento empresarial, se dedicam à produção de alimentos básicos, produzindo para a sobrevivência e gerando certo excedente para o mercado.

Não se quer obviamente relacionar a produção de alimentos diretamente com a distribuição da renda no setor urbano. É preciso ter presente os outros componentes do processo que se interpõem entre a produção e o consumo, e que de certa forma são responsáveis pela realização do valor gerado na produção, através do mercado.

Ou seja, o caráter da pequena produção de alimentos, como apontado anteriormente, está vinculado e determinado pelos mecanismos que os capitais industrial, comercial e financeiro utilizam para se apropriarem do excedente lá produzido. E, como afirma SOUZA (1980:119): "A penetração do capitalismo no campo, ..., não tem significado historicamente a destruição da pequena produção, mas a redefinição de seu papel no movimento mais geral de acumulação".

Convém alertar que a produção de alimentos não apresenta o caráter de homogeneidade que muitas vezes lhe atribuído. A produção de alimentos básicos ocorre também sob diferentes formas de organização da produção, refletindo as diferentes formas de penetração do capital no campo. LEMOS e SERVILHA (1979), discutindo as formas de organização da produ-

ção de arroz e feijão no Brasil, afirmam que: "Na organização da produção de feijão, predominam as formas pré-capitalistas, sujeitas a todas as vicissitudes da chamada agricultura de baixa renda, não contemplada pelo tipo de desenvolvimento econômico existente no Brasil. De outro lado, na organização da produção de arroz, tende a predominar, em termos crescentes, a produção capitalista, apta a absorver os vários 'estímulos' do mercado capitalista" (LEMOS e SERVILHA, 1979:60).

O sistema de comercialização, um dos elos fundamentais na relação cidade/campo, é entendido como "um conjunto de instituições e relações com a função de canalizar as mercadorias agrícolas das unidades produtoras para as consumidoras" (CASTRO e outros, 1979:207). Um mesmo produto pode ter canais de comercialização diferentes conforme a condição do produtor e do consumidor final: "Se provém de um pequeno produtor, o produto final chega às feiras-livres, mercados e quitandas a granel e sem maiores transformações. Se de um médio e/ou grande produtor, o produto final chega aos supermercados de forma pelo menos embalada" (GRAZIANO DA SILVA e QUEDA, 1979:141).

Deve-se relembrar que a pequena produção de alimentos, que gera um excedente para o mercado, é uma produção dispersa, sendo necessário grande número de pequenos produtores para atingir certo volume de determinado produto. Assim, é também necessário um grande número de intermediários para "reunir" essa produção, como os caminhoneiros, os proprietários

de armazéns de beira de estradas, etc. No entanto, essa forma de produção possui um caráter aleatório no sentido de não proporcionar uma oferta estável e contínua dos generos alimentícios, o que leva muitas vezes a que os canais de comercialização que atingem os consumidores de maiores rendas tendam a partir de médios e grandes produtores. Os estímulos de preços que os consumidores de maiores rendas poderiam proporcionar aos pequenos produtores ficam portanto fora do alcance dos mesmos. Além disso, como afirmam GRAZIANO DA SILVA e QUEDA (1979), é importante destacar que as grandes cadeias de supermercados têm estendido de várias maneiras sua integração vertical até atingir a produção, para com isso evitar seu caráter aleatório, facilitar a padronização dos produtos e eliminar o grande número de intermediários.

Ainda, o capital comercial, na figura dos intermediários, utiliza outros mecanismos para atingir o objetivo fundamental de apropriar-se do excedente agrícola. Muitas vezes chegam a ter funções tais como, por exemplo, substituir o papel do crédito rural oficial, aproveitando as vantagens institucionais e repassando recursos a custos mais elevados.

É interessante reportar ao trabalho desenvolvido por MALUF (1977), que se refere a um esquema dominante de comercialização de arroz no Estado do Maranhão. O autor aponta o capital comercial como um dos que mais se aproveita da vulnerabilidade dos pequenos produtores não proprietários em termos de extração do excedente gerado na produção de arroz.

Nesse processo, o acesso que os comerciantes têm ao crédito bancário é fundamental para realizar suas operações. Os "usineiros" (maquinistas, beneficiadores), por sua vez, possuem ainda uma vantagem adicional, pois suas atividades adquirem um caráter industrial, pelo menos em termos institucionais. Isso lhes confere a possibilidade de utilizar o Crédito Industrial de Custeio do Banco do Brasil, modalidade cujos juros são mais baixos e cujo montante absorve boa parte do total disponível. Além disso, os vários agentes que participam da comercialização se diferenciam entre os pequenos intermediários e os usineiros e grandes comerciantes. Em relação a esse aspecto, o autor afirma: "...tomando por base os preços fixados nos principais mercados para o arroz maranhense, e lembrando o fato de que as condições objetivas do produtor direto não lhes permite a obtenção de preços que excedam as suas necessidades imediatas de reprodução, pode-se afirmar desde já que a fixação dos preços nas várias fases de comercialização do arroz no Maranhão tende a se dar de forma a obedecer aos interesses hegemônicos dos usineiros e dos grandes comerciantes, restando aos demais apenas pequenas margens de comercialização" (MALUF, 1977:92). Fica claro assim uma certa tendência das empresas maiores em exercer um domínio tanto sobre o produtor direto como sobre os próprios pequenos comerciantes, procurando desta forma garantir seus lucros e deixar o risco por conta dos produtores e pequenos comerciantes.

Portanto, os mecanismos descritos de subordina-



ção dos pequenos produtores permitem a sua superexploração via diminuição dos preços dos produtos que vendem e a elevação dos preços dos produtos que compram. Para o caso do arroz no Maranhão, "essa intensa exploração comercial, realizada por toda uma 'rede' de intermediação, representa a acumulação de capitais que se verifica nas atividades ligadas ao arroz maranhense, a qual se dá exclusivamente na esfera da circulação" (MALUF, 1977:115-116). O mesmo autor, quando se refere à hegemonia do capital comercial no Maranhão, qualifica melhor a situação encontrada, apontando para uma "hegemonia relativa" do capital comercial, que é assim caracterizada:

"A hegemonia relativa diz respeito ao fato de que, por um lado, o capital comercial subordina a produção agrícola da região aos seus interesses, conforme foi mostrado. Mas, por outro lado, este capital está subordinado ao capital industrial que constitui a forma hegemônica ao nível da economia nacional, e é este que impõe os limites às suas possibilidades de acumulação. Em outras palavras, esse capital comercial que é o responsável pelas ligações cidade-campo nas circunstâncias aqui referidas, tem como limites, num extremo, a sobrevivência do produtor e de sua família, a qual determina um patamar mínimo para o rebaixamento dos preços pagos a esse produtor. No outro extremo, a intermediação comercial se defronta com os preços dos produtos agrícolas nas cidades, os quais, em geral, obedecem aos interesses do capital industrial em manter baixos os salários e o custo das matérias-primas, o que por ve

zes chega a envolver o tabelamento desses produtos pelo Governo. E em outros casos ela se defronta diretamente com a ação monopsonica das grandes indústrias" (MALUF, 1977:118-119).

Deve-se acrescentar que cada produto tem especificidades próprias tanto em função da forma de organização da produção agrícola como das regiões onde são produzidos e do grau de desenvolvimento dos centros de consumo urbano-industrial<sup>1/</sup>.

Em termos de evolução do comércio agrícola voltado ao abastecimento interno, CASTRO et alii (1979) apresentam historicamente três fases desse processo. A última fase caracterizada pelos autores é descrita da seguinte maneira: "Uma terceira fase começa a se definir quando o processo de acumulação de capital se firma como estrutura industrial oligopolista, e o potencial de acumulação urbano-industrial passa a se realizar com a assimilação da agricultura ao seu circuito de acumulação. E evidente que esse processo se manifesta de diferentes formas e se dá a ritmos diferentes em cada região, mas foram comuns aos centros urbano-industriais o contínuo crescimento e a conseqüente expansão e transformação do sistema varejista de gêneros básicos. O varejo dos grandes centros urbanos, anteriormente constituído pelas pequenas unidades de tipo armazéns, quitandas, mercearias e feiras, foi sendo gradati

---

<sup>1/</sup> Uma análise mais detalhada da produção, crédito e comercialização de alguns produtos como feijão, arroz, mandioca, milho e leite pode ser encontrada em CASTRO e outros, 1979: 214-220.

vamente substituído pelas cadeias de supermercados. Dotados de grande poder econômico e financeiro, essas redes puderam estabelecer contatos diretos com as fontes produtoras, crescendo com a classe média urbana, cujo poder aquisitivo era suficiente para estimular a diversificação no consumo de alimentos e, inclusive, ampliar a demanda de produtos industrializados" (CASTRO e outros, 1979:222).

Na mesma direção do capital comercial, destaca-se também a atuação do capital industrial no sentido de subordinar a pequena produção<sup>1/</sup> para também se apropriar de parte do excedente gerado na produção.

Da mesma forma que os comerciantes, os industriais se veem frente ao mesmo tipo de produção agrícola, principalmente de alimentos, produção esta que se apresenta, como referido anteriormente, atomizada e de caráter aleatório. Tal fato não propicia condições de oferta de produtos agrícolas de forma estável e contínua, nem com a padronização necessária. Em razão disso, o capital industrial muitas vezes acaba por penetrar e controlar diretamente a produção agrícola, através dos complexos agroindustriais. Além disso, é importante destacar um dos mecanismos utilizados pelas indústrias com o objetivo de assegurar e ampliar o lucro no seu ramo de atividade. Esse mecanismo se configura na crescente diversificação, atra-

<sup>1/</sup>Uma análise detalhada sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital pode ser encontrada em SANTOS (1978).

vês da penetração em novos setores e principalmente através de modificações nos sabores e embalagens dos produtos tradicionais. Esse processo atinge tanto novas empresas que entram no mercado com novos produtos alimentícios, quanto as antigas empresas do setor. SORJ (1980) apresenta pelos menos dois exemplos que ilustram esse fato. Um deles é o caso da Anderson Clayton (uma das primeiras grandes empresas agro-industriais estrangeiras instalada no Brasil), que diversificou suas atividades especialmente no setor alimentício, abandonando sua tradicional atividade na comercialização do algodão. Outro exemplo se refere à Nestlé, a maior empresa no setor de alimentos, que ao adquirir a produção de sorvetes da cadeia de lojas Bob's, passou a ter um grau mais elevado de integração vertical, ao mesmo tempo que se esquivava dos limites impostos pela regulação de preços no setor de laticínios.

De forma geral, as relações entre a indústria e comércio com a agricultura são apresentadas por SORJ (1980: 45), da seguinte maneira: "A indústria de processamento alimentar apoia a modernização da agricultura pela necessidade de assegurar uma oferta estável e crescente de produtos com qualidade homogênea. Quando essa oferta não pode ser conseguida, as próprias indústrias passam a apoiar diretamente a modernização da agricultura através de apoio técnico e financiamentos, que, por sua vez se transformam num mecanismo de dependência do produtor em face da indústria que ele abastece.

Esse relacionamento com a produção agrícola também se apresenta com as grandes empresas comercializadoras e os grandes supermercados. Conjuntamente com os processos de formação de um mercado oligopólico na indústria de processamento de alimentos, tem ocorrido um processo paralelo na comercialização de alimentos. A importância dos supermercados na última década aumentou de forma tal que anualmente chegam a comercializar 50% dos alimentos nas grandes cidades do País (Folha de São Paulo, 23 de março de 1977)".

Quanto à importância dos supermercados na comercialização, é interessante apresentar os resultados de pesquisa realizada por BARROS et alii (1978), que analisa a participação dos vários tipos de equipamentos fixos varejistas distribuidores de alimentos (auto-serviço, mercearia e empório, bar, etc) em quatro zonas geográficas da Grande São Paulo: Zona central, intermediária, periférica e envolvente. Utilizando dados de 1974, os autores mostram que a importância dos equipamentos de auto-serviço decresce à medida que se passa da zona central para a envolvente. Constataram que os equipamentos de auto-serviço representam 55,2% do total do faturamento da zona central, 49,9% do faturamento da zona intermediária, 33,3% do faturamento da zona periférica e apenas 27,7% do faturamento da zona envolvente. Em sentido contrário, a participação de mercearias e empórios cresce à medida que se passa da zona central para a envolvente, representando 10,9% do total de faturamento da primeira e, 45,6% do faturamento da última zona

geográfica. Como conclusão, os autores assinalam que estão ocorrendo mudanças na estrutura do mercado varejista com o aumento, em número, dos equipamentos de auto-serviço, e com uma estabilização do número dos demais equipamentos fixos. Acrescentam ainda que, em 1974, os equipamentos de auto-serviço, que representavam apenas 1,8% do número total de equipamentos fixos, participavam em 48,8% do total do faturamento dos equipamentos distribuidores de alimentos da região metropolitana da Grande São Paulo.

SORJ (1980) enfatiza ainda as consequências, tanto sobre os produtores como sobre os consumidores, do crescente monopólio dos supermercados. Estas empresas têm possibilidade de impor seus preços aos produtores agropecuários e aos pequenos fabricantes de alimentos, participam do incentivo ao consumo supérfluo, entrosando-se também com a política das grandes indústrias de alimentos e, quando possível, se lançam à produção de mercadorias no setor agropecuário e/ou no seu processamento industrial. O autor acrescenta que:

"A relação entre os produtores agrícolas, as indústrias de processamento e as firmas comercializadoras apresenta uma tensão básica. Quanto menor for o preço pago ao produtor maiores serão os seus lucros e a competitividade no mercado. O mecanismo fundamental de transferências dos excedentes do setor agrícola para o capital industrial e comercial se dá através de esquemas de controle da produção agrícola pelas empresas industriais e de comercialização. Esse tipo

atual de transferência diferencia-se qualitativamente das formas antigas que eram feitas através do controle da produção pelo capital comercial tradicional. Este baseava-se no atraso do pequeno produtor, sua atomização e isolamento do circuito capitalista. Nas formas atuais há um real controle monopsonico do mercado por intermédio da indústria de processamento (ou venda direta ao público no caso dos supermercados). Dentro desse processo o pequeno produtor pode se modernizar mas nem por isso se torna mais independente" (SORJ, 1980:46).

De forma resumida, pode-se dizer que as indústrias e os agentes comerciais objetivam, de uma forma ou de outra, manter a produção agrícola sob controle, através de vários mecanismos já comentados. Ora procurando obter dos pequenos produtores as mercadorias a preços baixos, ora chegando até a interferir diretamente no processo produtivo. Além disso o próprio crescimento dessas empresas tem levado também a uma dominação tanto sobre as menores indústrias de processamento como sobre os pequenos comerciantes. As possibilidades de sobrevivência das pequenas empresas, num mercado oligopólico, tornam-se cada vez menores, pois geralmente não possuem capacidade financeira para enfrentar a transformação dos processos produtivos, de apresentação do produto e de propaganda. Essas mesmas empresas passam muitas vezes a determinar os produtos a serem produzidos pela agricultura, procurando também, de outrolado, influenciar no próprio consumo dos alimentos, na medida em que passam a ofertar produtos que lhes garantam o lucro.

Ou seja, as transformações por que passa a indústria alimentar "têm implicado igualmente em importantes modificações na estrutura de consumo alimentar, seja pela substituição de antigos produtos por outros (por exemplo, manteiga pela margarina), como pelo surgimento de novos produtos. Essas modificações na cesta de consumo por sua vez afetarão própria produção agrícola, no sentido de se adequar ao novo tipo de demanda gerada pela indústria de transformação agroalimentar" (SORJ, 1980:43). Relativamente às modificações na cesta de consumo, é interessante apresentar os resultados de pesquisa realizada em São Paulo, pela Santos Diniz Consultoria de Marketing (apresentada no jornal Folha de São Paulo, 1980), que fez um amplo levantamento de compras e vendas da rede de supermercados PEG-PAG e dos seus principais concorrentes. As principais conclusões para o período de junho de 1979 a junho de 1980 foram que:

- a) o consumo de cereais subiu 50% em valor, com destaque para o aumento do consumo de arroz;
- b) houve um aumento também do consumo de massas: o macarrão teve um aumento de vendas de 10 a 15% em valor. Considerando que, segundo essa pesquisa, os preços do macarrão foram reajustados em níveis abaixo dos da inflação, pode se deduzir que, em quantidade, o aumento do consumo foi surpreendente;
- c) as vendas de carnes caíram em 25%, havendo no entanto, uma tendência ao aumento do consumo das chamadas



carnes preparadas (hamburger e quibe, por exemplo), cujos preços tendem a ser comparativamente menores do que a carne de segunda.

Esses resultados vêm reafirmar a importância que tem assumido o consumo de cereais e massas, em detrimento de outros produtos de preços relativamente mais elevados.

Cabe ainda acrescentar que por trás de todo o processo descrito, está uma determinada política oficial que, de uma forma ou de outra, atua favorecendo alguns setores apenas. Um dos mecanismos fundamentais de política é o crédito, pois, dado o comportamento tradicionalmente verificado nos preços agrícolas, a rentabilidade da produção está entre outros fatores, na maior ou menor capacidade de esperar a entressafra para vender a produção. No que se refere aos comerciantes, uma diferenciação básica entre grandes e pequenos é o maior ou menor acesso ao crédito, o que reforça o maior ou menor montante de capital por eles movimentado. Em relação aos produtores, a exploração comercial a que estão submetidos tem a sua principal razão de ser na impossibilidade de obtenção desse crédito pelos produtores, o que normalmente os obriga a recorrer ao chamado crédito não institucional já referido anteriormente.

Tal fato pode ser ilustrado pelo trabalho desenvolvido por GUEDES PINTO (1979). O autor mostra que apenas 20% ou menos dos beneficiários potenciais do crédito rural, são atendidos pelos financiamentos à agricultura. Além disso, o

crédito rural está altamente concentrado entre aqueles que o recebem. Para 1976, os dados revelam que enquanto 90,8% dos contratos captam 28,7% do valor do crédito, de outro lado apenas 0,3% dos contratos recebem 29% do montante do crédito rural. Também, o crédito rural tem sido dirigido a um pequeno número de produtos que recebem a maior parte dos recursos. Produtos como café, soja, cana, algodão e trigo, tem recebido em torno de 60% do crédito e participam em 33% da produção. De outro lado, produtos como feijão, mandioca e milho, contribuem com 25 a 35% do produto agrícola, e recebem apenas 12% do crédito rural. Infere-se daí que a concentração do crédito, tanto em relação aos beneficiários como em relação aos produtos, leva também à concentração dos subsídios proporcionados pelo governo à agricultura. Ou seja, os produtores e produtos que recebem menos crédito também recebem menos subsídios.

Outro fato que chama atenção, relativamente à política agrícola, é o caso das grandes companhias que se aproveitam de incentivos fiscais para a expansão de suas atividades. Entre outros podem ser apontados pelo menos dois casos: "A Nestlé apresentou um projeto à SUDENE para a produção integrada de leite e cacau a ser instalado no sul da Bahia, ao mesmo tempo que uma sua subsidiária se implantava no Pará para produzir leite em pó. A Sadia instala-se na Amazônia para produzir e processar carne bovina com benefícios fiscais da SUDAM, e várias empresas se utilizam dos benefícios fiscais e projetos de irrigação no Nordeste para produzir hortaliças" (SORJ, 1980:44).

De maneira geral, após esta breve revisão, a qual não pretendeu em momento algum "dar conta" das questões globais ligadas ao processo aqui analisado, alguns pontos importantes devem ser ressaltados. Em primeiro lugar, há uma série de relações complexas entre a produção agrícola, a indústria alimentar, a comercialização e o consumo de alimentos, que mesmo a partir de uma análise superficial transparecem de forma nítida. Cada fase do processo determina e é determinada por outra, sem ser necessariamente na ordem em que aparecem, e constituem-se antes de mais nada, em "momentos" do processo econômico com uma unidade indissolúvel. No entanto, deve ser acrescentado que essas fases não mantêm necessariamente uma relação de equilíbrio umas com as outras. Dependendo das condições econômicas, das condições políticas e de poder, uma das fases pode preponderar sobre as outras, mantendo assim um certo grau de dominação. Como foi exposto acima, fica evidente a dominação exercida pelo capital industrial e/ou comercial sobre a pequena produção de alimentos. À medida que as empresas se expandem, o controle sobre o processo produtivo agrícola passa a ser maior, além de aumentar o domínio das grandes empresas também sobre as menores, no mesmo ramo de atividades. Os instrumentos de política mencionados anteriormente exercem, principalmente através dos mecanismos de crédito, um papel relevante nessa condição de dominação.

A realização do valor da mercadoria produzida se constitui no objetivo fundamental do capital comercial e

industrial, procurando sempre atingir lucros maiores. Quanto maior a demanda e quanto maior a sua velocidade de expansão, mais interessante é para o capital, que não mede esforços no sentido de utilizar todos os mecanismos que contribuam para essa expansão da demanda. Nesse sentido se coloca a utilização maciça de propaganda (através dos vários meios de comunicação), a modificação das embalagens visando a imposição de "marcas", a própria disposição dos produtos nas prateleiras dos supermercados, etc, numa tentativa de criar também através da oferta, uma "necessidade de consumo" de determinados produtos. Enfim, são utilizados todos os mecanismos que constituem a chamada "ideologia de consumo" referida por GIOVANI (1980).

É preciso ainda esclarecer que o lucro dessas empresas capitalistas é apropriado através dos mecanismos descritos, mas origina-se na exploração a que estão submetidos os trabalhadores ligados diretamente ao processo produtivo.

## 2.2. Análise de estudos sobre o consumo de alimentos

Os estudos voltados para o problema nutricional, ou para a questão do consumo de alimentos têm apresentado vários enfoques. Pode-se a grosso modo separá-los da seguinte forma:

- a) Estudos que procuram constatar as condições nutricionais de determinada população, utilizando para

tanto certas medidas que permitem avaliar a quantidade ingerida de nutrientes como proteínas, calorias, vitaminas, etc. Os resultados obtidos são comparados com determinados parâmetros considerados mínimos, para assim se detectar as principais deficiências nutricionais.

- b) Outros trabalhos dirigem-se mais para a discussão e aprimoramento de uma metodologia, que possibilite a utilização de modelos matemáticos e estatísticos, como instrumental de análise do problema. Normalmente esses estudos têm como enfoque principal a questão da demanda de alimentos, discutindo entre outras coisas os ajustamentos de funções, a determinação das elasticidade-renda e elasticidade-preço da demanda, propensão a consumir, etc.
- c) Vários estudos voltam-se para o equacionamento de variáveis sócio-econômicas que afetam o nível de consumo, tais como renda, educação, tamanho da família, etc, procurando determinar o grau de importância de cada uma delas. Também nesses trabalhos são ajustadas funções que relacionam a demanda por alimentos com as variáveis mencionadas.
- d) Finalmente, em numero reduzido, há pesquisas que direcionam a análise para um entendimento mais abrangente e global da questão. Tendo como pano de fun

do as condições gerais do desenvolvimento capitalista brasileiro, adentram um pouco mais nas questões relacionadas aos alimentos considerando aspectos sociais, econômicos e políticos.

E claro que essa caracterização não esgota todos os tipos e formas de desenvolvimento dos trabalhos sobre o consumo de alimentos, mas procura situar principalmente os trabalhos que foram utilizados nesta pesquisa.

CASTRO (1972) analisa os principais aspectos da interdependência econômica entre a estrutura da demanda de alimentos e as características da evolução do processo de comercialização no Brasil. Para tanto, elaborou uma esquematização da evolução recente da comercialização agrícola no Brasil, e um levantamento de campo na cidade de Piracicaba no ano de 1971, procurando obter as principais características da estrutura do consumo de alimentos. Os resultados mostraram a grande heterogeneidade do universo dos consumidores, o que desempenha papel decisivo na evolução do sistema de comercialização. Em relação especificamente à pesquisa de campo em Piracicaba, o autor conclui que: "enquanto nos estratos de renda superior a dieta alimentar é extremamente rica e diversificada sendo comparável à estrutura alimentar de países desenvolvidos, nos estratos inferiores a alimentação fundamenta-se em reduzido número de produtos, geralmente de natureza calórica"

(CASTRO, 1972:58). O autor ainda constatou, entre outras coi

sas, que cerca de 40% da amostra tinha uma dieta insuficiente do ponto de vista nutricional, 30% do nível intermediário possuíam uma dieta concentrada em produtos calóricos e os 30% restantes tinham uma alimentação rica e diversificada.

PEREZ (1973), utilizando os mesmos dados que CASTRO (1972), discute as funções de consumo mais usuais, com ênfase naquelas que possibilitam a obtenção de elasticidade-renda que varia com o nível de renda. Apresenta como principais objetivos: (a) testar um modelo estatístico capaz de determinar as elasticidades-renda do consumo de alimentos para diversos estratos de renda; (b) analisar comparativamente os diversos métodos usados normalmente em estudos de função consumo; (c) determinar as elasticidades-renda do consumo de alimentos para a cidade de Piracicaba, com os dados estratificados por nível de renda e dispêndio com alimentos.

Os resultados apontam para uma tendência à substituição de alimentos energéticos por alimentos protéicos; medida que cresce a renda mensal "per capita" ou o dispêndio total mensal "per capita"<sup>1/</sup>. A partir daí a autora conclui que "a distribuição desigual da renda determina uma estrutura de consumo de alimentos também desigual, com as participações relativas dos alimentos variando conforme o estrato de renda ou dispêndio total considerado" (PEREZ, 1973:51).

---

<sup>1/</sup> Os dados foram estratificados pela renda mensal "per capita" e pelo dispêndio total mensal "per capita".

SOBRAL (1973) procura apresentar um quadro analítico da situação alimentar da população brasileira. Estudando produtos como arroz, batatinha, feijão, carne e leite, no período de 1950 a 1970, destaca como fundamental a estimação dos coeficientes de elasticidade da demanda desses produtos em relação a variáveis selecionadas. O autor emprega como informação básica séries cronológicas referentes ao Brasil como um todo, obtidas de diferentes fontes, oficiais ou não. Os dados são anuais e envolvem consumo e preços de alimentos, renda, grau de urbanização no Brasil e salário mínimo no Estado da Guanabara. Os resultados mostraram, em ordem de importância, as variáveis que mais influenciaram o consumo de um determinado produto, a saber:

arroz: renda por habitante e o preço da batatinha;

batatinha: grau de urbanização, renda por habitante e preço do feijão;

feijão: preço do feijão, preço do arroz e grau de urbanização;

carne: preço da carne e nível de salário mínimo;

leite: grau de urbanização e nível de salário mínimo.

O autor apresenta como sugestão de política econômica, "a adoção de uma maior agressividade na política de re distribuição de rendas em benefício das classes menos favoreci



das, para que se altere a estrutura da demanda de alimentos , que passaria a crescer com uma maior velocidade. Instrumentos já existentes, como o PIS, o PASEP e o PROTERRA, poderiam levar à consecução deste objetivo, eliminando, gradativamente, os grandes desníveis sociais existentes no país" (SOBRAL, 1973: 87).

O Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (1975), realizou pesquisa sobre consumo alimentar na cidade do Rio de Janeiro, abrangendo a população residente em conjuntos habitacionais da então Companhia de Habitação do Estado da Guanabara (COHAB). Essa pesquisa, realizada por amostragem, no período de 10 de outubro a 17 de dezembro de 1973, abrangeu 127 famílias nos conjuntos horizontais e 218 nos verticais. A metodologia utilizada para a obtenção dos dados conjugava o método da pesagem direta dos alimentos com a coleta intensiva de outras informações (por meio de entrevistas), tendo os resultados sido considerados satisfatórios para alcançar os objetivos da pesquisa. Os autores caracterizam a população estudada quanto ao tamanho da família, idade e sexo, ocupação dos chefes, composição da renda familiar, etc. Com relação aos aspectos nutricionais constatam que a "alimentação dessas populações é inadequada tanto em quantidade como em qualidade, limitada como se acha, pelo baixo nível de renda e, sobretudo, pelo número de pessoas economicamente ativas que integram as famílias, notadamente nos estratos inferiores de renda" (FGV, 1975:77). Os valores em calorias e nutrientes por comensal/dia médio (assim entendido o consumidor médio de

cada conjunto, independentemente de sua identificação por sexo, idade, peso, altura, atividade, etc), mostraram que o "status" nutricional das famílias dos conjuntos verticais é melhor do que o das que habitam os conjuntos horizontais. Deve-se ressaltar que os residentes nos conjuntos horizontais são mais pobres que os demais. Comparando o consumo por comensal/dia médio com os requisitos diários propostos pelo grupo misto F.A.O./O.M.S., constataram que o consumo médio obtido para todas as famílias, tanto em valor calórico como em nutrientes (exceção aos protídios e ácido ascórbico), encontra-se aquém dos níveis adequados.

A principal conclusão da pesquisa foi que a renda e o tamanho da família são variáveis que condicionam a nutrição calórica da população estudada: "Quanto maior o tamanho da família menores são os níveis de consumo calórico; no tocante à renda, especialmente a per capita, quanto maiores seus níveis maior o consumo de alimentos" (FGV, 1975:78).

Referindo-se à questão da renda baixa da população, afirmam os autores: "O problema de baixa renda per capita deve-se, é claro, a um total despreparo profissional que caracteriza largas camadas das populações residentes nas grandes metrópoles, em grande parte compostas de egressos de áreas rurais que para ali acorreram, tangidos, em parte, pela desintegração da sociedade rural e, por outro lado, atraídos por oportunidades de emprego proporcionados pela industrialização, que se concentrou nos grandes centros, especialmente no eixo

Rio - São Paulo" (FGV, 1975:79).

CAMPINO et alii (1975), utilizando dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares realizada pelo IPE (Instituto de Pesquisas Econômicas da USP) em 1971/1972 na cidade de São Paulo, procurou inicialmente quantificar a disponibilidade de nutrientes e verificar sua adequação para duas classes de renda<sup>1/</sup>. Os dados de quantidade de alimentos consumidos foram transformados em nutrientes através da Tabela de Composição Química dos Alimentos do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da USP. Os autores constataam que:

- a) 60% das famílias da classe de renda 1 (menos de 0,5 salário mínimo) e 30% das famílias da classe de renda 2 (de 0,5 a menos de 1 salário mínimo) não dispõem da quantidade de calorias necessárias;
- b) 20% das famílias da classe de renda 1 e 10% das famílias da classe de renda 2 encontram-se com inadequação de proteínas;
- c) 60% das famílias da classe de renda 1 e 32% das famílias da classe de renda 2 não dispõem da quantidade de ferro necessária;

---

<sup>1/</sup> A amostra total da Pesquisa de Orçamentos Familiares foi de 2.358 entrevistas realizadas durante o período de 12 meses. As entrevistas foram estratificadas em 7 classes de renda familiar "per capita". O autor utilizou os dados referentes às duas primeiras classes de renda (menor de 0,5 e de 0,5 a menos de 1 salários mínimos), que representavam cerca de 30% da amostra total.

- d) 75% das famílias da classe de renda 1 e 55% da classe de renda 2 apresentam inadequação da vitamina A, que representa portanto o quadro mais grave<sup>1/</sup> para a população paulistana.

Após estas constatações, os autores procuram identificar algumas variáveis sócio-econômicas que poderiam ser determinantes do "status" nutricional da família. Relacionaram, através da técnica de Regressão Múltipla<sup>2/</sup>, o Índice de Ingestão Nutricional (variável dependente) com: renda familiar "per capita", participação do número de crianças menores de 10 anos no total da família, e variáveis "dummies" para nível educacional das mães, local de origem e ocupação (mães que trabalham ou não fora do domicílio).

Como conclusão são apresentados dois fatores como principais determinantes de "status" nutricional: a renda e a educação, sendo que para esta só ocorre uma diferença significativa com as mães de educação superior à ginásial. Como proposta para melhoria das condições de nutrição sugerem "a implementação de programas educacionais voltados especificamente para nutrição", ou alternativamente a utilização de progra-

---

<sup>1/</sup> A rigor essa deficiência é mais frequente em relação às outras, sendo portanto a mais comum mas não necessariamente a mais grave.

<sup>2/</sup> As variáveis independentes foram relacionadas ao Índice de Ingestão Nutricional através de duas funções de regressão múltipla: uma linear e outra logarítmica.

mas já existentes (como projeto MINERVA, MOBRAL) (CAMPINO et alii, 1975:35).

SAMPAIO e COELHO (1978), referindo-se a trabalho anterior (COELHO e SAMPAIO, 1976) em que estudaram a relação entre estado nutricional de crianças da cidade de Recife e algumas variáveis sócio-econômicas, recordam que a variável renda mostrou-se a mais importante individualmente. Mas acrescentam que a renda cedia sua importância à medida que outras variáveis eram introduzidas, destacando-se no final a variável educação. Com relação a esse ponto afirmam: "Em uma análise estática, vimos, isto só aconteceu devido a parte da influência da renda ser exercida via uma melhor educação, uma família menor, etc. Restaria a influência da renda via poder aquisitivo, ou seja, representante das possibilidades de gasto em alimentação. É óbvio<sup>1/</sup> então que políticas dirigidas a melhorar o estado nutricional deveriam, em uma primeira fase, orientar-se para modificação da renda ou do poder aquisitivo, seja através de políticas de renda ou de preços de alimentos" (SAMPAIO e COELHO, 1978:163).

Em seguida, utilizando dados de 1974 para Reci-

---

<sup>1/</sup> Deve-se acrescentar que essa questão não se configura de forma tão clara como os autores colocam, pois os programas de nutrição existentes ou se propõem a "educar" a população para o consumo, ou a distribuir alimentos através das instituições oficiais. Em nenhum dos casos o objetivo é melhorar o poder aquisitivo da população.

fe, os autores consideraram 6 classes de renda<sup>1/</sup> e cinco variáveis: instrução, idade da mãe, situação da mãe quanto ao trabalho, a renda "per capita" e a posição da criança em relação a outros filhos.

Com base no trabalho anterior e com o estudo ora realizado, concluem:

- "o tipo de análise adotada foi bastante oportuno, permitindo assim quantificar a influência de algumas variáveis sócio-econômicas sobre o estado nutricional, o que ainda não é usual na área das ciências sociais e biológicas;
- quando a renda foi estratificada a educação passou a ter um poder explicativo bem menor do que no modelo geral. A estratificação ainda permite concluir que só nos níveis de renda intermediários as diferenças no estado nutricional poderiam ser explicadas por outras variáveis além da renda" (SAMPAIO e COELHO, 1978:166).

ALVES e VIEIRA (1978), estudando a evolução do padrão de consumo alimentar da população da cidade de São Paulo, partiram de pesquisas anteriores acerca de orçamentos fami

---

<sup>1/</sup> Estabeleceram as seguintes classes de renda em Cr\$ de 1974: 0-50, 51-100, 101-150, 151-200, 201-500 e 501-5.000.

liares e analisaram a evolução do estado nutricional dos paulistas no período 1934/1970.

Para o período em questão, apresentam as seguintes constatações:

- a) que as famílias paulistas receberam, em média, um suprimento adequado de calorias e proteínas e que as taxas de cobertura das necessidades de calorias foram sistematicamente inferiores em relação às de proteínas;
- b) que houve uma grande redução na quantidade consumida de feijão, mas que foi compensada por um aumento na quantidade consumida de arroz. O pão apresentou uma redução substancial no seu consumo, o mesmo ocorrendo com a carne bovina, contudo está sendo substituída pelo consumo de outras carnes (notadamente de aves) e ovos. Constatam também que houve aumento significativo no consumo de leite e uma nítida substituição de banha por óleos vegetais, e de manteiga por margarina;
- c) que nesses 35 anos não houve grandes alterações nas principais fontes de nutrientes. Os principais fornecedores de calorias continuaram sendo pão, açúcar, óleos vegetais, arroz e feijão, e os fornecedores de proteínas ainda eram carne, feijão, arroz, leite e pão;

- d) que até 1952 a renda real familiar média sofreu poucas oscilações, o mesmo ocorrendo com o consumo de calorias. Em 1961/62 houve um aumento na renda real média e uma diminuição no período seguinte (1969/70), o mesmo acontecendo com o consumo de calorias e proteínas;
- e) que quando se utilizou as taxas de cobertura desagregadas por faixa de renda, os dados apontaram para uma estreita relação entre a renda familiar e o consumo de calorias e proteínas<sup>1/</sup>.

Utilizando dados da "Pesquisa de Orçamentos Familiares" para São Paulo realizada pelo IPE em 1971/72, os autores analisam mais detalhadamente o consumo de alimentos das famílias paulistanas.

Foram construídas duas cestas de alimentos, uma para as famílias pobres e outra para a média da população paulistana, compostas de 21 produtos considerados mais importantes em termos de despesa e de calorias e proteínas consumidas.

Observaram que, de maneira geral, os produtos que compoem as cestas eram praticamente os mesmos, mas com consumo em quantidades menores por parte das famílias pobres, ex-

---

<sup>1/</sup> A desagregação dos dados por faixa de renda só foi possível para os anos de 1961/62, 1969/70 e 1971/72. Os dados deste último período foram retirados da "Pesquisa de Orçamentos Familiares", realizada pelo I.P.E. em 1971/72.



ceção feita para a tradicional mistura arroz-feijão e ao leite em pó. As diferenças nas quantidades se mostraram maiores para os produtos cujos preços relativos são elevados, como carne bovina, frango, ovos, queijos e carnes industrializadas.

Os produtos mais importantes no fornecimento de calorias em função das quantidades consumidas, para as famílias pobres, foram o arroz (22,6% do total da cesta), o pão (18,0%), o açúcar (13,6%) e o óleo (12,9%), totalizando 68% do total de calorias. Esses mesmos alimentos representaram 66% das calorias da média das famílias de São Paulo. Quanto às diversas fontes de proteínas, os resultados mostraram que o pão é o produto mais importante, representando cerca de 25% do total de proteínas consumidas nas duas cestas. A mistura arroz-feijão foi responsável por cerca de 40% das proteínas das famílias pobres e por 26% da média das famílias paulistas. As carnes representaram cerca de 15 e 21% do total de proteínas das duas cestas, respectivamente.

Observando-se mais cuidadosamente esses resultados, especialmente os referentes ao pão, verifica-se que esse alimento parece não ter a importância a ele atribuída como fonte de proteínas. Os dados apresentados no referido trabalho (tabelas 9, 10 e 11) sobre o consumo de pão, são:

	<u>Todas as</u> <u>Famílias</u>	<u>Famílias</u> <u>Pobres</u>
Quantidades de pão consumidas "per capita"/ /mês (kg)	2,78	2,34
Quantidade de calorias fornecida/dia (cal.)	551	393
Quantidade de proteínas fornecidas/dia (g)	18,8	13,6

Refazendo os cálculos constata-se que: se 2,78 kg de pão fornecem 551 calorias para todas as famílias, 2,34 kg de pão deveriam fornecer 463 calorias para as famílias pobres. No entanto, pelos dados acima, as famílias pobres receberam apenas 393 calorias. Para as proteínas, se 2,78 kg de pão fornecem 18,8 g de proteínas para todas as famílias, 2,34 kg de pão deveriam fornecer 15,8 g para as famílias pobres, fato que também não se verifica. Os cálculos refeitos dessa maneira para os outros alimentos (feijão, ovos, carne bovina, óleo, açúcar) apresentaram resultados aproximados aos obtidos pelos autores.

Com esses mesmos dados procedeu-se aos cálculos para se determinar o quanto 100 g de pão fornecem de calorias e proteínas. Considerando apenas os dados de todas as famílias, tem-se que: se 2,78 kg de pão consumidos em um mês (92,7 g/dia) fornecem 551 cal/dia e 18,8 g de proteínas/dia, 100 g de pão por dia fornecem portanto 594,4 calorias e 20,3 g de proteínas. A tabela de composição de alimentos do Departa

mento de Medicina e Saúde Pública da Faculdade de Medicina de Botucatu - UNESP, mostra as seguintes quantidades de nutrientes para 100 g de pão:

	<u>Calorias (cal)</u>	<u>Proteínas (g)</u>
pão integral	286	9,40
pão branco	307	9,30
pão centeio	261	9,20

Verifica-se desta forma que os dados apresentados por ALVES e VIEIRA (1978) estão bastante acima dos valores da tabela (aproximadamente duas vezes maiores as quantidades de calorias e proteínas que o pão fornece), o que leva a reconsiderar a importância do pão, como discutido no referido trabalho, enquanto fonte de calorias e proteínas.

Com relação aos preços dos nutrientes, foi constatado que os diferenciais eram pequenos entre os dois grupos de famílias quando se tratava de produtos sem grande diferenciação como arroz, pão, leite "in natura" e carne de aves. O contrário ocorreu para os produtos de grande variedade de qualidade como carne bovina, óleo e demais industrializados. Os produtos que apresentaram custo mais baixo foram o açúcar, pão, óleo, feijão e arroz como fonte de calorias, e o feijão, pão, farinha de trigo, ovos, leite e carnes enquanto fonte de proteínas.

A análise da evolução do preço dos alimentos no

período 1939/1976 revelou maior aumento para o feijão, carne bovina e pão; por outro lado, o menor aumento ocorreu para o leite "in natura". Constatou-se também que a relação entre o custo da dieta mínima de um adulto e o salário mínimo legal

mostra uma tendência crescente na última década, principalmente em função da "política salarial prejudicial ao fator trabalho adotada pelo Governo a partir de 1964, que provocou a partir de então, ..., uma defasagem crescente entre as taxas de reajustes salariais e o aumento do custo da alimentação" (ALVES e VIEIRA, 1978:750). Referindo-se ao desempenho da agricultura, os autores afirmam ainda que somente na primeira metade da década de 70 é que se verificaram aumentos dos preços dos alimentos superiores ao custo geral de vida, fato este ocorrido pela escassez relativa de alguns alimentos provocada pela rápida expansão das culturas de produtos de exportação.

É interessante ainda acrescentar que a evolução dos preços dos produtos industrializados mostrou uma clara tendência decrescente em relação aos semi-elaborados e "in natura". Os autores constataram que entre 1965 e 1976, os preços de todos os alimentos industrializados aumentaram menos que qualquer um dos demais.

Concluindo, os autores afirmam que: "existe uma grande racionalidade por parte da população de baixa renda em relação aos gastos com alimentação. As cestas de alimentos para os dois grupos de famílias estudadas são praticamente idênticas quanto aos tipos de produtos comprados e à importân-

cia relativa de cada um na dieta<sup>1/</sup>. As diferenças são quantitativas, o que caracteriza uma insuficiência nutricional mais calórica que proteica do grupo de famílias pobres

Por outro lado, observou-se que a deterioração do estado nutricional observado nas últimas décadas está altamente associada com a deterioração da renda real das famílias. De fato, após 1965 o orçamento familiar, principalmente das famílias pobres, foi intensamente pressionado, tanto por aumentos insuficientes do salário nominal dos membros economicamente ativos da família, como por elevações substanciais dos preços dos principais alimentos in natura, mormente na presente década" (ALVES e VIEIRA, 1978:755).

A Ação Católica Operária do Recife desenvolveu uma pesquisa no período de outubro de 1975 a maio de 1976 (publicada pelo Jornal Movimento, 1978), onde procurou relacionar a quantidade de alimentos consumida por determinada população com as quantidades previstas no Decreto-Lei 399 de 30 de abril de 1938, que criou a Ração Essencial. Essa pesquisa foi realizada em dois bairros populares do grande Recife: o Bairro de Nova Descoberta, do Recife, e o Bairro Nobre, na cidade de Paulista, próxima a Recife. Verificou-se que 48,9% dos traba

---

<sup>1/</sup> A idêntica importância relativa de cada alimento na dieta dos dois grupos de famílias estudados não se verifica pois, se, por exemplo, a mistura arroz-feijão foi responsável por 40% das proteínas das famílias pobres e por 26% da média das famílias paulistanas, essa mistura tem uma importância relativa muito maior para as famílias pobres.

lhadores de Nova Descoberta e 52,6% dos trabalhadores de Paulista ganhavam salário mínimo ou menos. Verificou-se, também, que apenas 2,2% dos chefes de família em Nova Descoberta e 4,5% de Paulista tinham condições de alimentar a família conforme estabelece o decreto 399. Com base nesse Decreto foi calculado naquela pesquisa o mínimo que cada pessoa deveria comer, levando em consideração o número de pessoas da família bem como a quantidade de crianças, determinou-se o quanto cada família deveria comprar dos vários alimentos. Comparando essas quantidades com as que realmente as famílias adquiriam, constatou-se que só o pão e o açúcar se aproximaram da quantidade estipulada pelo Decreto-Lei nº 399 e apenas a farinha ultrapassou os limites do mesmo decreto. Esses resultados demonstram a importância das farinhas e massas na composição da cesta alimentar dessa população.

SALOMON (1978) apresenta uma discussão a respeito dos dados do Estudo Nacional da Despesa Familiar ENDEF, realizado pelo IBGE, ressaltando que embora a ênfase desses dados seja no consumo alimentar, oferecem também informações diversificadas sobre os problemas nutricionais nas suas dimensões biológicas, econômicas e sociais. Utilizando dados médios para as várias regiões do país, o autor mostra que a cobertura calórica é bastante deficiente em praticamente todas as regiões. Por outro lado, o consumo protéico mostrou-se mais que suficiente em relação às necessidades, mas, dado o consumo energético deficiente, essa proteína será desviada pa-

ra a realização de funções calóricas.

Segundo o autor, as informações resultantes do ENDEF evidenciam, além de outros, os seguintes pontos:

1. O consumo energético, traduzido em termos de calorias por indivíduo, é baixo em todas as regiões do país.

O consumo protéico, traduzido em gramas de proteínas, é satisfatório em todas as regiões.

2. Este desequilíbrio nutricional, ou seja, consumo calórico insuficiente e consumo protéico adequado, indica situação de alto risco nutricional, pois as proteínas consumidas poderão ser desviadas para funções energéticas, com prejuízo das suas funções fisiológicas primárias, mais nobres..." (SALOMON, 1978:154-155).

SGARBIERI (1979) discute em seu artigo a importância dos diferentes fatores que influem sobre a nutrição humana, destacando entre eles, a produção de alimentos, a tecnologia de alimentos, economia, educação, etc. Referindo-se à deficiência de micro-elementos (ferro, iôdo, cobre e zinco) na dieta humana, acrescenta que: "Com a intensificação da industrialização dos alimentos, os elementos traços tornaram-se mais importantes porque nos alimentos processados e, principalmente nos refinados, esses nutrientes podem se tornar deficientes e

limitantes. É o caso bem conhecido do ferro, que é grandemente eliminado dos cereais no processo de beneficiamento, e do cromo que está em elevada concentração no açúcar mascavo e praticamente inexistente no açúcar cristalizado ou refinado" (SGARBIERI, 1979:265). Além disso, o autor coloca também como preocupante a contaminação dos alimentos com elementos tóxicos como mercúrio, chumbo, provenientes da utilização de defensivos agrícolas e da própria maquinaria e utensílios usados no processamento.

Utilizando dados da F.A.O. (1970) relativos a produção de alimentos, o autor destaca que pela produção "per capita", o Brasil seria auto-suficiente em matéria de alimentação. No entanto, dadas as grandes diferenças regionais na produção de alimentos, o sistema deficiente de manuseio, conservação e distribuição de alimentos, bem como as diferenças sócio-econômicas regionais e entre diferentes camadas da população, o problema da subnutrição é ainda muito grave. Além disso, deve-se ter presente que em qualquer processo de desenvolvimento é importante "a análise consciente e prévia de quem irá beneficiar-se com o processo produtivo, a quem se destina a renda resultante do aumento da produção e qual o impacto que o processo causará sobre o estado nutricional das populações mais necessitadas" (SGARBIERI, 1979:271). Ressalta ainda o autor que "a maior atração exercida pelo cultivo da soja em detrimento do feijão, se processou com notáveis prejuízos nutricionais para as classes mais pobres da população" (SGARBIERI, 1979:271).



Mais à frente o autor aponta que a tecnologia de alimentos se preocupou inicialmente com a conservação dos alimentos para evitar perdas e a manutenção de todas as suas propriedades. Em seguida, para atrair mais consumidores e garantir a venda do produto, passou a também melhorar a aparência e as qualidades funcionais dos alimentos (textura, cor, gosto, aroma). Resulta daí o aumento da quantidade de alimentos embalados e prontos para o consumo, o que os torna mais convenientes e mais atraentes aos consumidores.

O poder aquisitivo da população é, sem dúvida, uma das causas mais importantes das condições nutricionais de uma população. Segundo SGARBIERI (1979:275): "No Brasil, estudos realizados em diversos centros urbanos (São Paulo, Recife, Brasília) mostraram que famílias com ingresso (sic) menor que dois salários mínimos não têm condições de adquirir o mínimo necessário de nutrientes para seus membros. Pelo menos 40% das populações dos grandes centros urbanos encontram-se nessa situação. Na Índia, mais de 60% da população urbana e rural não recebem o suficiente para que se possa garantir uma nutrição adequada para os seus familiares. Igualmente na Colômbia, 40% da população urbana recebe uma renda insuficiente para adquirir o mínimo necessário de alimentos. Os 25% mais pobres necessitariam despende 115% do seu ingresso (sic) atual para que o nível recomendado de nutrientes fosse satisfeito".

Com relação à educação enquanto forma de propiciar melhores condições nutricionais, o autor ressalta que aque

la não tem criado o impacto esperado e necessário para os setores mais carentes da população. Nesse sentido acha necessário: a incorporação de informações sobre nutrição em todos os níveis dos cursos primário, secundário e universitário; o ensino da nutrição nas Universidades, dirigido a profissionais cujas atividades estejam ligadas à alimentação e nutrição (médicos, dietistas, dentistas, nutricionistas, agrônomos, etc) e também, o uso mais efetivo dos meios de comunicação (televisão, rádio, jornais, etc) tanto por parte das instituições oficiais como da iniciativa privada, no sentido de fornecer aos consumidores indicações corretas sobre a composição e valor nutritivo dos alimentos.

No entanto o próprio autor relativiza bastante a eficiência desses métodos (considerados por vários autores como fundamentais): "É evidente que a informação e a educação nutricional só poderão ser úteis ao consumidor a partir do ponto em que sua renda mensal seja suficiente para adquirir o mínimo necessário de nutrientes à família, sem prejudicar as outras necessidades básicas da vida humana. Infelizmente, para uma grande maioria da população dos países subdesenvolvidos, o seu poder aquisitivo é tão baixo que não se pode esperar nenhum impacto significativo da educação sobre seu estado nutricional" (SGARBIERI, 1979:276).

Mesmo assim, o autor aponta para uma solução que, no nosso entender, não é muito diferente dos que propõem a educação como fundamental: "Mais importante, talvez, seja a

formação de uma massa crítica de profissionais na área de alimentação e nutrição, suficientemente treinada e consciente da realidade nutricional de seu país, capazes de assumir a responsabilidade de mudar a mentalidade de governantes e planejadores em relação às prioridades e atuação no campo alimentar, de tal forma a produzir um impacto maior no estado nutricional da população. Essa massa crítica de profissionais, com treinamentos técnicos e humanitários, capazes de entender e sentir o problema nutricional em toda a sua extensão e significado, será capaz de desenvolver todo o potencial de produção de alimentos na Agricultura e na Indústria, fornecendo ao público alimentos nutritivos e aceitáveis, por preços compatíveis com o poder aquisitivo dos vários grupos sócio-econômicos. Somente a utilização completa dos conhecimentos científicos derivados da Ciência e da Tecnologia de Alimentos, da Agricultura e da Nutrição, poderá permitir o desenvolvimento desse potencial" (SGARBIERI, 1979:276-277).

ALVES (1979) apresenta o quadro atual da desnutrição no Brasil e discute o papel e a relevância das variáveis que influem nessa situação. Os dados utilizados são do ENDEF - Estudo Nacional da Despesa Familiar realizado pela FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1974/75. Os dados foram analisados considerando-se sete regiões brasileiras:

Região I - Rio de Janeiro

Região II - São Paulo

Região III - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

Região IV - Espírito Santo e Minas Gerais

Região V - Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia

Região VI - Distrito Federal

Região VII - Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Goiás e Mato Grosso

O autor constata que, para todas as regiões, o problema nutricional é mais de ordem calórico que protéico<sup>1/</sup>, ou seja, mais quantitativo que qualitativo. Ressalta ainda que, como os dados refletem a média de consumo e essa média é baixa, pode-se indicar que parte da população não está conseguindo consumir alimentos, principalmente para satisfazer suas necessidades mínimas de calorías.

Por ordem de importância, os alimentos responsáveis pelo fornecimento de calorías foram: arroz, açúcar, pão, feijão, óleos e carnes. Para proteínas os alimentos foram: carnes, feijão, arroz, pão, leite, pescado, macarrão, ovos e milho. Isto significou que "arroz, feijão, carnes, pão, açú-

---

<sup>1/</sup> Em todas as regiões, a média de ingestão calórica "per capita" foi praticamente igual às necessidades. Quanto às proteínas, em quase todas as regiões a ingestão protéica representou o dobro das necessidades.

car, óleo, pescado, macarrao e milho praticamente constituem a dieta básica da família brasileira e que essa dieta comum para todas as regiões...'

'Em vista desta homogeneidade observada ve-se que a discutida variação de hábitos alimentares não se verificou" (ALVES, 1979:81).

Relacionando as condições nutricionais da população brasileira com os dados de renda, o autor mostra que a renda média dobrou no período que vai de 1970 a 1976. Porém os maiores aumentos foram para as rendas mais altas e, em termos de distribuição de renda, mais de 80% da população economicamente ativa tinha uma renda abaixo da média tanto em 1970 como em 1976. Como a adequação nutricional depende fundamentalmente da renda, pode-se "admitir que uma grande parte da população que recebe abaixo da renda média dificilmente consegue manter o dispêndio médio em alimentos que assegura um estado nutricional adequado" (ALVES, 1979:85).

Cabe tecer algumas considerações gerais a respeito dos trabalhos analisados.

Em primeiro lugar, todos os trabalhos apontam, de uma maneira ou de outra, para a existência de deficiências nutricionais no que se refere a uma parcela significativa da população.

Em segundo lugar, há conclusões que se contra-  
poem em relação ao consumo de proteínas e calorias. Enquanto

alguns trabalhos concluem que as principais deficiências são proteicas, outros destacam que o problema é mais calórico que proteico. Os primeiros baseiam-se em constatações de que as populações de menores rendas consomem fundamentalmente alimentos de natureza calórica. Os outros, partindo de que não há diferenças entre a cesta de alimentos para toda a população, mostram que o problema está não na qualidade, mas na quantidade consumida, acarretando a não satisfação das necessidades calóricas.

Com referência às variáveis explicativas da desnutrição, a renda se configura como a mais importante. No entanto, outras variáveis são também apresentadas como de real significado. É apontada a variável educação também como determinante do "status" nutricional. Essa conclusão foi elaborada a partir do ajustamento de funções que relacionavam o consumo de alimentos com outras variáveis, inclusive educação.

É preciso lembrar que duas variáveis podem ser relacionadas por meio de uma expressão matemática mesmo não existindo relação causal entre elas (HOFFMANN e VIEIRA, 1979:1). Assim, a "educação", medida através da escolaridade, pode estar relacionada com um melhor estado nutricional, como de fato está pelo modelo apresentado, mas só por isso é arriscado afirmar que a educação é determinante do estado nutricional. Por outro lado, o ajustamento das funções foi feito para todos os elementos da amostra sem haver separação pelos diversos estratos de renda. Incluir as duas variáveis, renda e educação

(escolaridade), em uma regressão múltipla não garante que os seus efeitos sejam separados. No caso de uma regressão linear, por exemplo, a variável renda captará apenas o efeito linear dessa variável sobre o nível nutricional. Uma maneira de controlar melhor o efeito da renda seria dividir a amostra em estratos de renda e verificar, então, se a educação "explica" as variações no nível nutricional dentro dos estratos.

Embora se reconheça que a educação possa influir na adoção de uma dieta mais equilibrada, é necessário relativizar a importância atribuída a essa variável, na explicação do nível nutricional, uma vez que a renda é um dos determinantes tanto do nível nutricional como da educação<sup>1/</sup>. Aliás, nesta revisão bibliográfica, vários autores já mostraram o papel secundário que assume a variável educação.

Ainda quanto à utilização de regressões e expressões matemáticas que relacionam variáveis, é necessário uma postura mais crítica do pesquisador com relação à econometria e análise de regressão no que tange a suas potencialidades e também a suas limitações.

---

<sup>1/</sup> Alguns autores colocam a renda como determinante da educação e vice-versa. Isso porque uma pessoa com melhor formação profissional ou especializada teria melhores oportunidades de emprego e portanto melhor remuneração. Não entanto, isso só é possível se anteriormente as pessoas já tivessem um nível de renda suficiente para nutrir-se de forma a não comprometer o desenvolvimento normal do cérebro e poder realizar os estudos.

Em alguns trabalhos parte-se para uma sofisticação metodológica, onde os dados numéricos são relacionados através de modelos matemáticos, determinando-se assim os coeficientes da regressão, as elasticidade-renda e elasticidade-preço da demanda, e daí se retirando as principais conclusões: como se os números falassem por si. Deve-se ter em mente que, atrás dos números, sempre está um respaldo teórico que "contamina" desde a coleta dos dados até a conclusão, passando obviamente pela maneira como estes são relacionados dentro do modelo previamente escolhido. Considerem-se, por exemplo, os trabalhos que relacionam o consumo médio de alimentos com a renda "per capita", considerando o país como um todo. Desta forma, a conclusão perde em muito sua validade, pois se estaria admitindo que todos consomem igualmente e que a renda é distribuída igualmente. Ficam abstraídas as diferenças regionais e fundamentalmente as diferenças de classes sociais.

Não se quer, entretanto, diminuir a importância dos números e das estatísticas. Pelo contrário, o que se pretende é que cada vez mais se aprimore a utilização dos mesmos.

No tocante às propostas para solução do problema, tem-se a acrescentar que: "Quando a ênfase recai sobre a possível ignorância da população - baixo nível de instrução, hábitos e tabus alimentares - o conjunto de soluções possíveis volta-se para programas de educação nutricional com vistas a corrigir hábitos e tabus e orientar o consumo alimentar; por outro lado, se os estudos concluem ser a pobreza a causa da



desnutrição, as soluções contemplam o largo espectro de medidas que buscam a melhor distribuição da renda" (ALVES, 1979:78).

Essa afirmação traduz o caráter de algumas propostas que atribuem ao MOBREAL ou ao projeto MINERVA o estatuto de possíveis alternativas para a solução do problema<sup>1/</sup>. Há, também, propostas no sentido de formação de uma massa crítica de profissionais na área de alimentação e nutrição capazes de mudar a mentalidade dos governantes e planejadores.

Essas propostas, a nosso ver, têm um caráter simplista e paliativo, além de elitista. Como se os problemas de uma sociedade pudessem ser resolvidos apenas pelos profissionais e pela ciência, no tocante à mudança de mentalidade dos governantes. Antes de mais nada é preciso ter claro que qualquer solução deixa de ser relevante se não se procurar as maneiras de melhor distribuir a renda. Além disso, é imperioso ter presente que a questão é política e não apenas técnica, visto que as soluções propostas excluem a participação das classes exploradas reduzindo-as a receptoras passivas das dádivas advindas dos que tem "maiores conhecimentos"<sup>2/</sup>. Finalmente,

---

<sup>1/</sup> O aspecto mais dramático destas propostas é que os programas sugeridos sequer "resolveram" o problema para o qual originalmente foram formulados: o elevado grau de analfabetismo do país. Poderiam resolver "também" o da fome?

<sup>2/</sup> Não se quer, de maneira alguma, negar a importância da formação de uma massa crítica de profissionais. O que se pretende é reafirmar que esta, por si só, dificilmente conseguirá mudar a orientação do governo.

parece que se faz abstração de que todos esses problemas ocorrem em um determinado sistema complexo; não são levadas na devida conta as análises de seus fins bem definidos nem entra em consideração a existência de uma certa lógica que requer a permanência dessa situação; busca-se, pelo contrário, apoiar e estimular "soluções" que menos afetem a estrutura econômico-social.

Ainda, chama a atenção uma das explicações que aponta para o despreparo profissional como responsável pelas rendas baixas de setores da população, os quais vieram das áreas rurais para as grandes metrópoles, atraídos por melhores oportunidades de empregos proporcionadas pela industrialização. Deve-se comentar que essa argumentação indica que a corrida dessas populações em direção aos centros urbano-industriais faz parte de um processo de "escolha" por parte destes setores sociais. Também leva a crer que o despreparo profissional é reflexo de uma opção individual. Na verdade, mais uma vez são deixadas de lado pelo menos duas razões básicas da existência dessas populações com baixos rendimentos: o próprio modelo de desenvolvimento e o nível de exploração a que estes trabalhadores estão submetidos.

### 3. METODOLOGIA

Quando se pretende realizar uma pesquisa, muitas vezes há inúmeras idéias, princípios e hipóteses que em última instância vão nortear os rumos a serem tomados no desenvolvimento do trabalho. Normalmente, após ter os objetivos definidos, assim como a metodologia a ser utilizada, começa a procura dos dados empíricos (quando é o caso) que deverão sustentar ou não as hipóteses teóricas bem como permitir a obtenção de resultados para fins de discussões e propostas. No entanto, o processo não se configura de forma tão lógica e simples. Um trabalho de pesquisa tem em determinados momentos avanços, e em outros, recuos no seu desenvolvimento, tornando-se um trabalho dinâmico e muitas vezes complexo.

No desenvolvimento de uma pesquisa, uma das ocorrências que chama a atenção, é o fato de se ter feito uma coleta de dados baseada em determinados objetivos e, após tê-los em mãos, partir para a elaboração dos mesmos para enfim analisá-los. Porém, a defasagem entre o período de coleta e a

época de análise (época em que praticamente já se efetuou os estudos relativos ao tema, o que além de outras coisas implica no amadurecimento do pesquisador), leva a uma reflexão sobre a maneira através da qual os dados foram coletados. Assim, podem surgir hipóteses para cujo teste os dados coletados não são apropriados, o que acarreta uma certa preocupação ao se analisar os resultados tendo em vista compatibilizar os objetivos anteriores com os novos interesses.

Tendo em vista esses aspectos, é importante ressaltar que o fato de se ter utilizado um questionário com perguntas fechadas impediu as discussões a partir de depoimentos dos entrevistados, bem como uma análise do problema considerando o ponto de vista deles, o que poderia enriquecer o conteúdo da pesquisa.

Outro fato a considerar é que mesmo passando a entender, a nível teórico, a importância de se estudar o consumo relacionado com a produção, distribuição e troca, não foi possível desenvolver a pesquisa levando diretamente em consideração esses fatores ao nível do município. No entanto, procurou-se solucionar em parte essa questão apresentando uma caracterização da produção e distribuição dos alimentos (capítulo 2), para pelo menos possibilitar o entendimento do processo a nível geral.

Dependendo de como uma pesquisa é realizada, é comum o pesquisador fazer uma série de entrevistas com pessoas ou famílias, para em seguida transformá-las apenas em

números, os quais muitas vezes não vão representar de fato a problemática social existente. Além disso, dificilmente os entrevistados têm acesso aos resultados para os quais serviram de fonte de informações.

OLIVEIRA (1977) refere-se a uma questão semelhante, em relação à demografia, da seguinte maneira: "Partindo exatamente da população como um todo, a demografia não trabalha com relações sociais, quaisquer que elas sejam. Toma a população como uma abstração, e portanto não é paradoxal, mas inerente a esse método, que a demografia estude a população da mesma forma que estuda qualquer outro conjunto de seres vivos: seu tamanho, sua morte, sua estrutura de idade, sua fertilidade, sua fecundidade. A sofisticação instrumental progressiva não altera os termos do próprio método, é os esforços de introduzir e correlacionar fatos sociais com as variáveis demográficas não solucionam nenhuma das questões. A demografia nestes termos não passa de uma genética aplicada ao social, mas não consegue chegar a ser uma genética do social" (OLIVEIRA, 1977:138).

É tendo presente essas considerações que será desenvolvida a análise dos resultados dessa pesquisa.

### 3.1. A área de estudo

A pesquisa foi realizada na área urbana do Muni-

cípio de Botucatu, Estado de São Paulo, pertencente à Divisão Administrativa de Sorocaba.

O Distrito de Botucatu foi criado pela Lei Provincial nº 17, de 19 de fevereiro de 1846, e o Município de Botucatu foi criado pela Lei nº 17, de 14 de abril de 1855, com território desmembrado de Itapetininga. Em 16 de março de 1876 a sede municipal foi elevada à categoria de cidade (PEREIRA, 1973:28).

A sede do Município está situada a 885 m de altitude, à margem da Rodovia Marechal Rondon e servida por uma das linhas troncos da FEPASA (Ferrovias Paulistas S.A.). Distante certa de 20 km da Rodovia Castelo Branco e cerca de 230 km da capital paulista.

O Município de Botucatu faz divisa com os Municípios de Dois Córregos e Santa Maria da Serra ao norte, Itatinga e Pardinho ao Sul, Anhembi e Bofete a leste e Avaré e São Manoel a oeste.

Historicamente, a análise do processo de urbanização e industrialização de Botucatu pode ser encontrada em IYDA (1979:86-105). Nos deteremos em apresentar apenas alguns dados mais recentes, utilizados pela referida autora, com a finalidade de caracterizar a área urbana do município.

A autora mostra que no período 1960/70 houve um crescimento de 31,3% no número de estabelecimentos industriais, crescimento este devido principalmente ao setor vestuário e

calçados. Somente as indústrias alimentícias representavam, em 1970, cerca de 33% do total de estabelecimentos industriais. Em relação ao pessoal ocupado nos estabelecimentos industriais, o aumento foi de 32,2% no mesmo período. Em 1965, havia 104 estabelecimentos industriais em Botucatu, sendo que destes, 48,5% empregavam de 1 a 4 pessoas e apenas 5,1% empregavam mais de 50 pessoas.

As atividades de comércio tiveram o seguinte comportamento entre 1960 e 1970: o número de estabelecimentos comerciais atacadistas aumentou em 137,5% e o pessoal ocupado em 52,3%. O comércio varejista, por sua vez, teve um aumento de 55,4% no número de estabelecimentos e 72,1% no número de pessoas ocupadas. Pode-se constatar portanto que entre 1960 e 1970 o aumento tanto em número de estabelecimentos como em pessoal ocupado foi substancialmente maior para as atividades ligadas ao comércio. Convém ressaltar que, em 1970, Botucatu contava com 109 indústrias e 420 estabelecimentos comerciais e o número de pessoas ocupadas era de 1.521 e 1.265 respectivamente (IYDA, 1979).

Segundo o Censo Demográfico de 1970, a distribuição da população ocupada pelos setores era a seguinte: 28,0% faziam parte do setor primário, 16,5% do secundário e 52,8% do terciário. Ou seja, mais da metade da população ocupada estava voltada para o mercado de trabalho das atividades do comércio, de prestação de serviços, de assistência, educação, etc. É significativo em Botucatu o número de pessoas li

gadas ao que se poderia chamar de "funcionalismo público"<sup>1/</sup>, atingindo cerca de 30% do pessoal ocupado no "setor terciário" e cerca de 16,5% da população total ocupada. Segundo IYDA (1979:105): "O aumento de serviço de consumo coletivo decorreu da crescente participação do Estado na instalação de estabelecimentos de ensino médio, superior e de assistência médico-hospitalar, em Botucatu (...) o crescimento desse serviço impulsionou o crescimento do comércio varejista e o de serviço de consumo individual. Em 1972, o setor comercial participou com 9,79% do total de consumo de energia elétrica do município de Botucatu e 8,25% no setor industrial, assinalando a importância maior daquele setor de comercialização (SEP, 1974)".

Ainda, como característica importante da zona urbana de Botucatu, deve-se acrescentar que: "A análise do setor industrial e comercial, como também a estrutura ocupacional dos municípios<sup>2/</sup>, indica um amplo setor de produção simples de mercadorias, ou seja, composto por empreendimentos individuais com participação majoritária da mão-de-obra familiar, coexistindo com uma produção capitalista" (IYDA, 1979:104).

---

<sup>1/</sup> Estamos considerando como "funcionários públicos" as seguintes categorias definidas pelo FIBGE, 1973:XXIX: "Atividades Sociais (Ensino, Assistência Médico-Hospitalar, Previdência Social, etc), Administração pública (Serviços Administrativos Governamentais, Legislativo, Justiça, Defesa Nacional e Segurança Pública)".

<sup>2/</sup> A autora está se referindo aos municípios de Botucatu e São Manoel.



A partir de 1970, observa-se a implantação no município de filiais de grandes empresas com sede na capital, seja no setor industrial, como a Duratex, seja no setor de comercialização, como a Jumbo-Eletroradiobrás, ou de indústrias em que parte do processo de produção (montagem) é executada em Botucatu. É também a partir dessa época que surgem os primeiros supermercados.

Atualmente, segundo informações colhidas no escritório local da FIBGE, relativas a 1980, o município se apresenta com 174 indústrias, 1.297 estabelecimentos comerciais, 10 bancos, 4 hospitais com 858 leitos, 3 pronto-socorros, 20 gabinetes dentários e 20 farmácias. A população urbana estimada é de 63.000 habitantes e a rural é de 7.000 habitantes. Com relação à educação, há em Botucatu 16 escolas de 1º grau com 19.650 alunos, 8 de segundo grau com 4.694 alunos e 8 de 3º grau ou superior com 1.694 alunos. A área total do município é de 1.522 km<sup>2</sup>.

No que se refere à caracterização da agricultura do município de Botucatu<sup>1/</sup>, convém esclarecer que os resultados não possibilitaram avaliar a relevância da produção local de alimentos em relação ao abastecimento da cidade, levando a que os mesmos não fossem apresentados nesse trabalho.

Para se ter uma idéia da atual produção agrícola-

---

<sup>1/</sup> Utilizou-se os dados das Estatísticas Cadastrais/1, INCRA (1974) e das Estatísticas Cadastrais/2, INCRA (1976). Estes resultados não foram apresentados no presente trabalho.

la do município obteve-se junto ao escritório local da FIBGE as seguintes informações relativas aos produtos e quantidades produzidas: arroz - 1.062 toneladas; milho - 4.097 toneladas; feijão - 450 toneladas; batata inglesa - 11.706 toneladas; soja - 22.250 toneladas; trigo - 528 toneladas; cana-de-açúcar - 50.000 toneladas; café em coco - 360 toneladas; abacate -

- 3.750.000 frutos; laranja - 5.817.000 frutos; tomate

- 568 toneladas e uva - 30 toneladas.

### 3.2. A coleta dos dados

O levantamento de dados sobre o consumo de alimentos foi realizado na área urbana do município de Botucatu em janeiro de 1978, utilizando-se como entrevistadores estudantes da Faculdade de Ciências Agrônomicas especialmente treinados para esse fim.

O questionário<sup>1/</sup> aplicado visava, de forma geral, a obtenção das seguintes informações:

- a) numero de pessoas moradoras, classificadas por grupo de idade; número de pessoas que se alimentavam em casa e o número de pessoas remuneradas;

---

<sup>1/</sup> O questionário utilizado é bastante semelhante ao aplicado por CASTRO (1972) no Município de Piracicaba.

- b) a atividade profissional do chefe da família e das pessoas remuneradas;
- c) as condições de residência em relação a paredes, coberturas, numero de cômodos, etc.;
- d) a despesa mensal da família com alimentos, roupas, habitação, saúde, etc.;
- e) o consumo mensal familiar de alimentos (no questionário constavam 143 tipos de alimentos incluindo condimentos, chocolates e bebidas) em quantidades físicas bem como os preços pagos por unidade de alimentos;
- f) os locais de compra destes alimentos e os montantes das compras à vista ou a prazo.

Foi adotada nesta pesquisa a amostragem sistemática ("systematic sampling"), que consistiu na seleção de 263 residências, aproximadamente 2% dos 13.167 domicílios constantes do Rol de Lançamento de Impostos Prediais da Prefeitura Municipal de Botucatu<sup>1/</sup>. Todas as residências incluídas no Rol de Lançamento de Impostos foram numeradas de 1 a N (N = 13.167), e como a amostra m seria de 263 residências calculou-se a relação  $13.167/263$  (N/m) cujo resultado aproximado para o inteiro mais próximo foi igual a 50, sendo este o intervalo de anos

---

Segundo informações da Prefeitura local, nesse Rol de Lançamentos estão incluídos mais de 99% dos domicílios de Botucatu.

tagem (n). Em seguida, escolheu-se ao acaso um número entre 1 e n, tendo sido sorteado o número 25, a partir do qual se formou a amostra, sendo o segundo elemento o de número 25 + n, o terceiro 25 + 2n e assim por diante, até se completar o número de domicílios a serem pesquisados.

Após o preenchimento dos questionários os mesmos foram conferidos, com a finalidade de se descartar os que apresentassem informações inconsistentes ou incompletas. Assim, o número total de entrevistas ficou reduzido para 261.

Os dados foram processados pelo Centro de Processamento de Dados do Campus de Botucatu e classificados pelos seguintes estratos de rendimento monetário mensal "per capita": até 0,5 salário mínimo<sup>1/</sup>; de 0,5 a 1; de 1 a 2; de 2 a 3; de 3 a 4; de 4 a 6 e mais de 6 salários mínimos, sendo os intervalos dos 6 primeiros estratos fechados à direita.

Na tabela 2 são apresentadas as distribuições dos domicílios e das pessoas da amostra, segundo os estratos de rendimento mensal "per capita"<sup>2/</sup>.

1/ O salário mínimo, em janeiro de 1978, era de Cr\$1.106,40.

2/ Para maior facilidade, nas tabelas seguintes os estratos de rendimento mensal "per capita" serão representados pelos números de 1 a 7, correspondendo aos estratos apresentados na tabela 2, e na mesma ordem.

Tabela 2. Distribuição dos domicílios e das pessoas da amostra segundo os estratos de rendimento. Botucatu, 1978.

Estratos de rendimento mensal "per capita" (Cr\$ de 1978)		Número de domicílios	Número de pessoas
até 553,20		31	184
553,20	1.106,40	82	340
1.106,40	2.212,80	77	296
2.212,80	3.319,20	41	167
3.319,20	4.425,60	13	46
4.425,60	6.644,40	12	45
mais de 6.644,40		5	15
T o t a l		261	1.093

Fonte: Dados da amostra.

#### 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados que serão aqui analisados, referem-se, como já explicitado anteriormente, especificamente a área urbana do Município de Botucatu.

Inicialmente, convém esclarecer que na população estudada estão incluídas as pessoas com as mais variadas atividades profissionais como: motoristas, comerciários, comerciantes, escriturários, bancários, gráficos, corretor de imóveis, mecânicos, pedreiros, além de pessoas ligadas ao "funcionalismo público" (professores, ferroviários, policiais, etc). Mais à frente se verá que, em relação às atividades acima referidas, a maior parte da população se enquadrava no chamado setor terciário. Apesar da importância que assume na determinação dos grupos sociais o modo de inserção no processo produtivo, conforme pesquisa do IBGE (1978), não foi objeto deste trabalho o estudo dessa população conforme o ramo de atividade. Utilizou-se o rendimento monetário como base para uma estrati-

ficação dos dados. Assim, serao abarcadas num mesmo estrato de rendimento pessoas com atividades bastante diferentes mas que têm em comum as mesmas bases financeiras para enfrentar as dificuldades relacionadas à obtenção de alimentos. Além disso, estão incorporados no rendimento monetário todos os rendimentos em dinheiro provenientes de salários, juros, comissões, etc. percebidos por todos os integrantes do domicílio. Desta forma, se constitui como núcleo básico da coleta dos dados a unidade familiar<sup>1/</sup>, tanto no tocante ao rendimento monetário quanto em relação aos gastos com alimentação. Para fins de estratificação, o rendimento monetário mensal foi dividido pe-lo número total de pessoas que compunham o domicílio, inclusi-ve as crianças.

Também, os resultados nao sao apresentados em quantidades físicas de alimentos consumidos, mas sim em valores monetários dos gastos com alimentação.

Não foi preocupação nesse trabalho, determinar o grau de subnutrição das pessoas dos vários estratos de rendimento em relação às quantidades consumidas de calorias, proteínas, vitaminas, etc, mas sim, estabelecer as comparações entre os vários estratos, através do dispêndio monetário com alimentos.

---

<sup>1/</sup> Mais precisamente, quando se fala da unidade familiar não se está referindo especificamente às pessoas que têm relações de parentesco. Há casos em que moram no mesmo domicílio pessoas sem ligações diretas de parentesco com as outras, mas que participam na composição do rendimento e no consumo de alimentos.

O fato de os preços poderem ser diferentes para os consumidores de cada estrato pode sugerir uma situação até mais grave para as pessoas de menores rendimentos, visto que os preços para estas pessoas podem ser mais elevados. Há indicações de que isso ocorra pois as pessoas de menores rendimentos fazem grande parte das compras nos empórios, armazéns e quitandas (que geralmente trabalham com estoques pequenos), e também se utilizam, como se verá posteriormente, do sistema de compras a prazo. No caso dos supermercados, pelo grande volume comercializado por esses estabelecimentos, os preços podem ser menores. No entanto, a utilização de embalagens, as diferenças entre "marcas" e "qualidades" podem acarretar também um preço mais elevado para as pessoas que compram nesses estabelecimentos, o que dificulta em parte a comparação dos preços médios para cada estrato de rendimento. Mesmo assim, os preços médios de alguns produtos selecionados (leite, óleo, arroz, feijão, farinha de trigo, batata, pão, macarrão, banana, tomate, carne de vaca, e açúcar cristal), calculados para cada estrato de rendimento, apresentaram diferenças. Os preços foram maiores nos dois primeiros estratos em relação aos dois últimos para os seguintes alimentos: leite, feijão, farinha de trigo, pão e açúcar cristal. O preço do macarrão no primeiro estrato foi maior do que em todos os demais estratos.



#### 4.1. Características gerais da população

Apresentaremos a seguir algumas características gerais da população em estudo.

A tabela 3 mostra a distribuição da população segundo o sexo e a idade. Por essa tabela pode-se observar a relação entre as pessoas do sexo masculino e feminino, considerando-se uma determinada faixa etária. Verifica-se que apenas na faixa de 7 a 14 anos há uma maior proporção de pessoas do sexo masculino. Nas outras faixas etárias, sempre é maior o número de mulheres em relação aos homens, mas com uma pequena diferença entre ambos. Para a população como um todo, tem-se que 48,9% das pessoas são do sexo masculino e 51,1% do sexo feminino.

Pela tabela 4, pode-se constatar que do total de pessoas do sexo masculino, 29,9% são menores (até 14 anos), 61,6% encontram-se em idade de trabalhar (14 - 60 anos) e apenas 8,5% têm mais que 60 anos. Por outro lado, do total de pessoas do sexo feminino, 27,6% são menores, 63,8% estão na faixa dos 14 a 60 anos e 8,6% são maiores que 60 anos. Deve-se ressaltar que a distribuição das pessoas por faixa etária é bastante semelhante para os dois sexos.

Considerando-se a população como um todo, tem-se que 28,7% das pessoas são menores de 14 anos, 62,8% estão na faixa dos 14 a 60 anos, e apenas 8,5% são maiores de 60 anos.

Tabela 3. Distribuição da população segundo a idade e o sexo. Botucatu, 1978 (porcentagem).

Idade	S E X O		TOTAL
	Masculino	Feminino	
até 7	50,0	50,0	100,0
7 -  14	51,6	48,4	100,0
14 -  21	49,1	50,9	100,0
21 -  41	48,2	51,8	100,0
41 -  60	47,1	52,9	100,0
mais de 60	48,5	51,5	100,0
TOTAL	48,9	51,1	100,0

Fonte: Dados da amostra.

Trata-se portanto de uma população relativamente jovem pois 43,6% das pessoas tem menos de 21 anos.

O grau de escolaridade do chefe da família e dos membros acima de 14 anos, pode ser verificado através da tabela 5. Constata-se que uma pequena proporção, tanto dos chefes como dos membros acima de 14 anos, completaram o curso primário: 37,8% e 28,9%, respectivamente. Do total de chefes, 17% são analfabetos e do total de membros acima de 14 anos, 15,9% também são analfabetos. Estes resultados apontam para o elevado grau de analfabetismo tanto dos chefes como dos mem-

Tabela 4. Distribuição da população segundo o sexo e a idade. Botucatu, 1978 (porcentagem).

Idade	S E X O		TOTAL
	Masculino	Feminino	
até 7	15,6	14,9	15,3
7 -  14	14,3	12,7	13,4
14 -  21	14,9	14,7	14,9
21 -  41	26,9	27,7	27,3
41 -  60	19,8	21,4	20,6
mais de 60	8,5	8,6	8,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da amostra.

bros acima de 14 anos. Considerando toda a população com idade acima de 14 anos (inclusive os chefes), constata-se que 16,2% do total são analfabetos. Ainda, do total dessa população, mais de 60% estão distribuídos entre analfabetos, primário incompleto e primário completo.

A proporção de analfabetos em Botucatu é portanto mais elevada que a média do Estado de São Paulo onde, segundo dados da PNAD (1979), do total da população acima de 14 anos, 12,8% eram analfabetos.

Tabela 5. Grau de escolaridade do chefe e dos membros da família acima de 14 anos. Botucatu, 1978 (porcentagem).

Escolaridade	Chefe	Membros acima de 14 anos <sup>a/</sup>	Total
Analfabeto	17,0	15,9	16,2
Primário incompleto	15,4	12,5	13,2
Primário completo	37,8	28,9	31,1
Ginasial incompleto	6,6	10,7	9,7
Ginasial completo	6,9	8,3	7,9
Colegial incompleto	0,8	5,0	4,0
Colegial completo	3,5	8,7	7,5
Universitário incompleto	2,3	3,9	3,5
Universitário completo	9,7	6,1	6,9
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

<sup>a/</sup> Os resultados para os cursos colegial e universitário estão subestimados, pois a porcentagem foi calculada em relação a todas as pessoas acima de 14 anos, e não em relação às pessoas com idade para frequentar aqueles cursos.

Fonte: Dados da amostra.

Com relação às condições das residências dos entrevistados, obteve-se informações a respeito do tipo de construção (madeira ou tijolo), que são mostradas através da tabela 6.

Tabela 6. Condições das residências conforme o tipo de construção. Botucatu, 1978 (porcentagens)

Estratos de Rendimento mensal "per capita" Cr\$ de 1978	Tipos de Construção		TOTAL
	Tijolo	Madeira	
1	73,3	26,7	100,0
2	92,4	7,6	100,0
3	93,6	6,4	100,0
4	100,0	0,0	100,0
5	92,3	7,7	100,0
6	100,0	0,0	100,0
7	100,0	0,0	100,0
T O T A L	92,3	7,7	100,0

Fonte: Dados da amostra.

Verifica-se que para o estrato de menor rendimento, mais de um quarto das moradias (26,7%) são construídas com madeira, havendo também a presença desse tipo de construção em outros estratos, mas em proporção menor. Para o quarto estrato e os dois estratos superiores, não se verificou a existência de casas de madeira. De forma geral, tem-se que 92,7% das casas de moradia são de tijolos e apenas 7,7% de madeira. Essa constatação poderia sugerir que em Botucatu as condições de residência são satisfatórias. No entanto, e principalmente nos primeiros estratos, o fato da casa ser construída com tijo

los não significa necessariamente boas condições de residência. É muito comum encontrar-se em qualquer local, casas realmente construídas de tijolos, mas que na realidade são verdadeiros "barracos", com número reduzido de cômodos, sem instalações de água e esgoto, etc, e que portanto não se configuram como boas residências, apesar da construção ser de tijolos.

Na tabela 7 são apresentadas ainda outras informações que ilustram um pouco melhor as condições de habitação, tais como: o número de quartos e o número de pessoas por residência, bem como a relação entre o número de pessoas e o número de quartos. Observa-se que nos menores estratos de rendimento, o número de quartos por residência é menor do que nos maiores estratos: em torno de dois quartos por residência nos primeiros, e mais de três nos últimos.

Por outro lado, o número de pessoas por residência apresenta uma tendência inversa ao indicador anterior. O número de pessoas por residência é, no primeiro estrato, duas vezes maior que no estrato superior, indicando que as famílias são maiores nos estratos de rendimentos mais baixos. Assim, enquanto para as famílias de menores rendimentos há a necessidade de se ter em torno de duas pessoas por quarto (no primeiro estrato são em média 2,8 pessoas por quarto), no estrato superior verifica-se que há mais de um quarto por pessoa.

Tabela 7. Condições de habitação conforme o número de quartos e o número de pessoas.

Botucatu, 1978.

Estratos de rendimento mensal "per capita"	Número de quartos/residência	Número de pessoas/residência	Número de pessoas/número de quartos
1	2,1	5,9	2,8
2	2,2	4,1	1,9
3	2,4	3,8	1,6
4	2,8	4,1	1,5
5	2,8	3,5	1,2
6	3,0	3,7	1,2
7	3,4	3,0	0,9
T O T A L	2,4	4,2	1,7

Fonte: Dados da amostra.

Essas informações revelam de um lado as diferenças entre as condições de habitação entre as famílias de acordo com seus rendimentos, e de outro, uma das formas de "defesa" da população de baixos rendimentos. Para essas pessoas, principalmente em função de seus rendimentos, é "condição de sobrevivência" ocupar um espaço bastante pequeno para acomodar a família, principalmente para reduzir ao máximo o custo monetário de habitação. Além disso (como se verá posteriormente), o número grande de pessoas por residência também se configura como

uma maneira de aumentar o rendimento familiar, na medida em que incorpora todos os rendimentos das pessoas que trabalham. Assim, essas "estratégias" permitem pelo menos garantir parte de sua reprodução.

Para ainda caracterizar a população estudada, elaborou-se a tabela 8, que mostra a distribuição da mesma conforme o setor de atividades.

Tabela 8. Distribuição das pessoas da amostra que auferem rendimentos, segundo o setor de atividades. Botucatu, 1978 (porcentagens).

Setor de atividade	Pessoas (%)
Primário	5,7
Secundário	10,8
Terciário	77,2
Outros <sup>a/</sup>	6,3
TOTAL	100,0

<sup>a/</sup> Refere-se a pessoas que não têm trabalho definido ou que trabalham em dois setores alternadamente.

Fonte: Dados da amostra.

Conforme já observado anteriormente, constata-se que do total das pessoas que auferem rendimentos, 77,2% o fazem no chamado setor terciário, que envolve as atividades de



comércio, de prestação de serviços, educação, etc, o que reafirma a importância desse setor, já mencionada no capítulo anterior.

#### 4.2. Discussão dos resultados

A análise que se segue procurará apresentar os principais aspectos relacionados com o consumo de alimentos em Botucatu, buscando também identificar algumas das estratégias das pessoas com menores rendimentos, no sentido de garantir sua sobrevivência.

Inicialmente, é importante verificar a distribuição dos rendimentos entre a população estudada, o que pode ser observado pela tabela 9.

Convém alertar que os dados se referem apenas aos rendimentos monetários auferidos, e que portanto não expressam por si só, a real distribuição da riqueza entre a população. Mesmo assim pode-se constatar as disparidades entre as pessoas dos diversos níveis de rendimentos. As pessoas do primeiro estrato, que representam 16,8% do total, detêm apenas 3,7% do total dos rendimentos. De outro lado, as pessoas dos dois últimos estratos, que representam apenas 5,5% da população, apropriam-se de mais de um quinto (21,5%) dos rendimentos. Considerando agrupadamente os dois primeiros estratos pode-se observar que quase metade da população (47,9%) possuem menos de um quinto (18,3%) do total de rendimentos. Esta distribui

ção desigual dos rendimentos se reflete numa diferenciação no consumo de alimentos e também, de forma geral, nas condições de reprodução do trabalhador e sua família. O índice de Gini calculado foi da ordem de 0,42.

Tabela 9 . Distribuição dos rendimentos entre as pessoas.  
Botucatu, 1978 (porcentagens).

Estratos de rendimento mensal "per capita"	Pessoas	Rendimento
1	16,8	3,7
2	31,1	14,6
3	27,1	26,2
4	15,3	24,7
5	4,2	9,3
6	4,1	13,1
7	1,4	8,4
<b>T O T A L</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da amostra.

Um dos primeiros reflexos dessa distribuição desigual dos rendimentos pode ser percebido através da tabela 10.

Os dados revelam que, à medida que aumentam os rendimentos, uma menor proporção deles é utilizada na compra de alimentos. Ou seja, enquanto no primeiro estrato, quase

60% do rendimento é gasto em alimentação, no estrato superior essa porcentagem não chega a atingir 10%. No segundo e terceiro estratos, as proporções do rendimento gasto em alimentação são respectivamente 47,1% e 33,4%. Esses resultados

Tabela 10. Porcentagem do rendimento gasto em alimentação. Botucatu, 1978.

Estratos de rendimento mensal "per capita"	Porcentagem do rendimento gasto em alimentação
1	59,9
2	47,1
3	33,4
4	24,0
5	21,4
6	15,9
7	9,9
T O T A L	28,7

Fonte: Dados da amostra.

mostram que os gastos com alimentação absorvem parcela significativa dos rendimentos auferidos, sendo que nos dois primeiros estratos, onde está cerca de 48% da população, a alimentação absorve, em média, mais de 50% dos rendimentos. Mesmo utilizando grande parte dos rendimentos na compra de alimentos, o dis-

pêndio monetário "per capita" das pessoas desses estratos e, como se verá posteriormente, bastante baixo em relação aos estratos superiores. O restante do rendimento seria para "cobrir" todas as outras despesas, que como a alimentação, são também "obrigatórias": habitação, água, luz, transporte, etc. Não resta dúvida portanto que dados os rendimentos, somente através de mecanismos de rebaixamento dos custos dessas "necessidades obrigatórias" é possível garantir a sobrevivência. Entre outras coisas, o caso da habitação, como visto anteriormente, é um exemplo bastante ilustrativo.

Tendo presente esse panorama da população estudada, pode-se, a partir daqui, discutir os principais aspectos relacionados ao consumo de alimentos. A tabela 11 mostra a composição da cesta de alimentos para os vários estratos de rendimento, bem como a participação porcentual de cada tipo de alimento nessa composição. Os resultados se referem ao dispêndio monetário (e não quantidades físicas) com os vários tipos de alimentos. Levando em conta que, como visto anteriormente, os preços de alguns alimentos importantes para as pessoas de baixos rendimentos são maiores do que para as pessoas dos estratos superiores, é possível que a situação das famílias de menores rendimentos seja pior do que indicam os dados sobre dispêndio.

É importante destacar que na composição da cesta alimentar dos diversos estratos de rendimentos, estão incluídos, mas não na mesma proporção, os mesmos alimentos.

Tabela 11. Participação relativa dos vários grupos de alimentos no dispêndio total. Botucatu, 1978 (porcentagem)

Grupos de alimentos	Estratos de rendimento mensal "per capita"						
	1	2	3	4	5	6	7
Leite e derivados	8,9	9,0	10,5	14,1	15,6	11,5	12,2
Oleos e gorduras	9,1	6,7	6,3	5,6	4,5	4,3	4,2
Ovos e frangos	6,2	7,0	7,5	8,6	5,0	7,0	6,7
Cereais	17,9	11,5	7,8	5,3	4,1	3,9	3,3
Tubérculos	5,1	5,5	4,6	4,1	3,7	3,5	3,5
Sopas, massas e farinhas	10,1	9,1	8,3	7,5	7,0	5,9	4,5
Frutas	2,7	4,1	5,6	9,1	8,8	8,7	10,5
Legumes e verduras	4,2	7,7	8,3	9,3	9,2	8,3	12,0
Açúcares e doces	6,9	5,6	5,2	4,2	2,7	2,4	3,6
Carne de peixe	1,7	1,3	1,5	1,5	2,2	2,3	1,9
Carne de porco	1,3	2,8	2,4	2,9	4,6	5,7	3,6
Carne de vaca	12,8	16,6	17,7	14,0	14,5	19,3	13,5
Outros <sup>a/</sup>	13,1	13,1	14,3	13,8	18,1	17,2	20,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

<sup>a/</sup> Este grupo inclui condimentos, chocolates, aperitivos e bebidas.

Fonte: Dados da amostra.

No primeiro estrato de rendimentos, a maior parte do dispêndio se dá com a compra de cereais (17,9%), outros (13,1%), carne de vaca (12,8%), sopas, massas e farinhas (10,1%) e óleos e gorduras (9,1%), que perfazem 63% do total dos gastos com alimentação. Para os outros estratos a ordem de importância de cada grupo de alimentos se configura da seguinte maneira:

- segundo estrato: carne de vaca (16,6%), outros (13,1%), cereais (11,5%), sopas, massas e farinhas (9,1%) e leite (9,0%), perfazendo um total de 59,3% do total de gastos.
- terceiro estrato: carne de vaca (17,7%), outros (14,3%), leite (10,5%), legumes e verduras (8,3%) e sopas, massas e farinhas (8,3%), perfazendo 59,1% do total.
- quarto estrato: leite (14,1%), carne de vaca (14,0%), outros (13,8%), legumes e verduras (9,3%) e frutas (9,1%), que perfazem 60,3% do total.
- quinto estrato: outros (18,1%), leite (15,6%), carne de vaca (14,5%), legumes e verduras (9,2%) e frutas (8,8%), representando 66,2% do total de gastos.
- sexto estrato: carne de vaca (19,3%), outros (17,2%), leite (11,5%), frutas (8,7%) e ovos e frangos (7,0%), que representam 63,7% do total.

- sétimo estrato: outros (20,5%) , carne de vaca (13,5%) , leite (12,2%) , legumes e verduras (12,0%) e frutas (10,5%) , representando 68,7% do total.

Deve-se assinalar a importância que tem a carne de vaca em todos os estratos de rendimentos. No mesmo sentido, deve-se ressaltar a importância do grupo "outros" que, como visto, podem ser considerados também como componentes efetivos da cesta alimentar. Os cereais e as sopas, massas e farinhas se apresentam como importantes para os dois primeiros estratos. Já no segundo estrato aparece o leite que passa a estar presente em todos os outros estratos. Nos estratos superiores, a partir do quarto, passa a ser significativa a incorporação de alimentos como legumes e verduras, frutas, ovos e frangos na cesta alimentar. Ou seja, inversamente, à medida que os rendimentos decrescem há também uma diminuição da participação de alimentos protéicos e vitamínicos na cesta de alimentos, cedendo lugar aos alimentos de maior valor calórico. Não se pode afirmar daí que essa população teria seus requerimentos calóricos satisfeitos, mas que estaria tentando suprir-se de calorias como necessidade imediata vital para o funcionamento do organismo.

De maneira mais sintetizada esses resultados podem ser vistos através da tabela 12. Para tanto, procedeu-se ao agrupamento dos alimentos em três grandes grupos: os "protéico-animais", englobando o leite e derivados, ovos e frangos,

peixes, carne de porco e carne de vaca; os "energéticos", como óleos e gorduras, cereais, tubérculos, sopas, massas e farinhas, açúcares e doces; e os "produtos hortifrutícolas", incluindo frutas, legumes e verduras. Os demais alimentos foram agrupados com a denominação de "outros", que inclui condimentos, chocolates, aperitivos e bebidas.

Pela tabela 12 observa-se que a maior parte do dispêndio nos primeiro e segundo estratos se dá com alimentos "energéticos" (49,1% e 38,4% respectivamente, seguidos pelos protêico-animais (30,9% e 36,7% respectivamente). Nos demais estratos a maior proporção do dispêndio é com os "protêico-animais", seguidos pelos "energéticos", exceto no último estrato onde depois dos "protêico-animais", a maior parte dos gastos ocorre com os "produtos hortifrutícolas".

Tabela 12. Participação relativa dos grandes grupos de alimentos no dispêndio total. Botucatu, 1978 (porcentagem).

Grandes grupos de alimentos	Estratos de rendimento mensal "per capita"						
	1	2	3	4	5	6	7
Protêico-animais	30,9	36,7	39,6	41,1	41,9	45,8	37,9
Energéticos	49,1	38,4	32,2	26,7	22,0	20,0	19,1
Prod. hortifrutícolas	6,9	11,8	13,9	18,4	18,0	17,0	22,5
Outros	13,1	13,1	14,3	13,8	18,1	17,2	20,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da amostra.



Percebe-se de forma nítida, que de fato, em termos da participação dos diversos tipos de alimentos, há uma diferenciação entre os vários estratos de rendimento, havendo na dieta alimentar dos estratos superiores uma participação significativa dos produtos hortifrutícolas, o que não ocorre nos estratos de rendimento mais baixos.

Uma idéia mais realista desses resultados pode ser dada através da tabela 13, que contém os dispêndios mensais "per capita" com os vários grupos de alimentos.

Pode-se observar que os gastos "per capita" com todos os alimentos, nos três primeiros estratos, são menores em relação aos demais, exceto para os cereais e açúcares e doces. Mesmo as sopas, massas e farinhas que, como visto anteriormente, são importantes na dieta das pessoas desses estratos, em termos de gastos "per capita", o valor é menor que nos demais estratos. De maneira geral, pode-se dizer que exceto para cereais, açúcares e doces, há uma tendência a aumentar os gastos "per capita" com cada grupo de alimentos à medida que os rendimentos aumentam. Grosso modo, esses gastos em valores monetários refletem as quantidades físicas consumidas, significando que para a maioria dos alimentos, o consumo em quantidade também é menor para os primeiros estratos.

Agrupando novamente os alimentos em grandes grupos, conforme sua natureza, pode-se perceber as diferenças existentes entre os vários estratos (tabela 14).

Tabela 13. Dispendio mensal "per capita" com os vários grupos de alimentos. Botucatu, 1978 (cruzeiros de 1978).

Grupos de alimentos	Estrato de rendimento mensal "per capita"						
	1	2	3	4	5	6	7
Leite e derivados	19,5	33,3	56,4	91,4	122,2	96,8	123,7
Óleos e gorduras	19,9	25,1	33,7	36,0	35,5	36,1	42,5
Ovos e frangos	13,5	25,8	40,5	55,8	39,4	58,9	67,6
Cereais	39,5	42,6	41,9	34,2	32,1	33,1	33,7
Tubérculos	11,3	17,2	24,8	26,6	29,2	29,3	35,4
Sopas, massas e farinhas	22,1	34,0	44,5	49,7	54,9	50,0	46,4
Frutas	6,0	15,1	30,4	58,6	69,0	73,1	106,1
Legumes e verduras	9,3	28,9	44,4	59,9	72,6	70,1	121,9
Açúcares e doces	15,2	21,1	27,8	27,4	21,3	20,1	36,5
Carne de peixe	3,6	4,8	8,3	9,5	17,3	19,6	18,8
Carne de porco	2,8	10,6	12,7	18,5	36,3	47,7	36,5
Carne de vaca	28,2	61,8	95,0	90,8	113,7	162,2	136,8
Outros <sup>a/</sup>	28,8	48,5	77,1	89,4	142,3	145,3	207,8
TOTAL	219,7	368,8	537,4	647,0	785,8	842,5	1.013,7

<sup>a/</sup> Este grupo inclui condimentos, chocolates, aperitivos e bebidas.

Fonte: Dados da amostra.

Tabela 14. Dispêndio mensal "per capita" com os grandes grupos de alimentos. Botucatu, 1978 (cruzeiros de 1978).

Grandes grupos de alimentos	Estratos de rendimento mensal "per capita"						
	1	2	3	4	5	6	7
Protênico -animais	67,7	136,4	212,9	266,0	328,9	386,3	383,4
Energéticos	107,9	139,9	172,7	173,0	173,0	168,7	194,5
Prod. hortifrutícolas	15,3	44,0	74,7	118,5	141,6	143,2	228,0
Outros	28,8	48,5	77,1	89,4	142,3	145,3	207,8
TOTAL	219,7	368,8	537,4	647,0	785,8	842,5	1.013,7

Fonte: Dados da amostra.

Basicamente, constata-se uma diferença bastante significativa entre os dois primeiros estratos e os dois últimos, especialmente no que se refere aos alimentos protênico-animais e hortifrutícolas. A diferença também é grande porém menos acentuada, quando se trata dos alimentos energéticos. Assim, mesmo os alimentos energéticos que se configuram como os mais importantes nos primeiros estratos, são consumidos em quantidades menores que nos maiores estratos, o que pode sugerir também a não satisfação dos requerimentos calóricos dessa população. As variações no dispêndio total "per capita" são

também bastante acentuadas, sendo 4,6 e 2,7 vezes menores os gastos totais com alimentos dos primeiro e segundo estratos, em relação ao último. Considerando esses resultados, pode-se avaliar as condições precárias de nutrição das pessoas de baixos rendimentos.

Os resultados relativos ao dispêndio mensal "per capita" com alimentos, para a cidade de Piracicaba (CASTRO, 1972), revelaram a mesma tendência, porém com diferenças mais acentuadas, que para a cidade de Botucatu: os dispêndios totais "per capita" dos primeiro e segundo estratos<sup>1/</sup> foram 6,03 e 3,86 vezes menores, em relação ao último. Em Botucatu aos dois últimos estratos, com 5,5% das pessoas, corresponde 10,2% do dispêndio total com alimentos, ao passo que o levantamento realizado em Piracicaba mostrou que aos 5,5% da amostra com maiores dispêndios correspondia 13,8% do total do dispêndio com alimentos.

Conhecidos os vários aspectos relativos à estrutura de consumo da população, é importante verificar os principais locais de compra dos alimentos e suas relações com os estratos de rendimento. A tabela 15 mostra a porcentagem do dispêndio com alimentos, pelos principais locais de compra, segundo os estratos de rendimentos.

<sup>1/</sup> Os dados foram estratificados em seis níveis de dispêndio mensal "per capita". As diferenças entre Botucatu e Piracicaba assinaladas no texto podem ser devidas à diferença na variável usada para estratificação: rendimento mensal "per capita" em Botucatu e dispêndio mensal "per capita" em Piracicaba.

Tabela 15. Proporção do dispêndio com alimentos em relação aos vários locais de compra. Botucatu, 1978 (porcentagem).

Locais de Compra	Estratos de rendimento mensal "per capita"							TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	
Supermercados	8,3	13,6	11,1	19,2	35,7	32,1	22,1	16,7
Empório, arma- zéns e quit.	29,6	15,9	17,1	13,6	12,9	10,5	0,2	15,8
Feiras-livres e ambulantes	12,8	12,9	12,7	14,1	13,5	9,1	20,7	13,1
Padarias	12,2	12,4	11,6	10,2	5,8	7,9	5,6	10,7
Açougues	9,5	17,2	18,2	14,1	12,8	18,9	10,8	15,8
SESI	8,4	9,6	11,9	10,2	4,5	5,0	13,3	9,8
Cooperativas	0,9	3,1	1,2	0,3	0,2	0,1	0,2	1,3
Outros <sup>a/</sup>	18,3	15,3	16,2	14,6	14,6	16,4	27,1	16,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

<sup>a/</sup> Outros = laticínios, sorveterias, bares, depósitos de bebidas, máquinas de beneficiamento, etc.

Fonte: Dados da amostra.

Os supermercados caracterizam-se normalmente pe la presença de produtos embalados e padronizados, com grande variedade de tipos, marcas, preços, etc. Estes estabelecimentos

caracterizam-se por utilizar o sistema de vendas denominado auto-serviço, com escolha das mercadorias pelo próprio consumidor que as transporta até a caixa registradora. Estão portanto incluídos nesse grupo, também pequenos armazéns que passaram a adotar esse sistema. Os empórios, armazéns, quitandas e outros pequenos estabelecimentos, geralmente mais distantes do centro comercial, normalmente apresentam pequena variedade de produtos, frequentemente não-embalados e não padronizados.

Como se pode verificar pela tabela 15, os locais de compra variam de acordo com o nível de rendimento, destacando-se a importância dos empórios, armazéns e quitandas como fornecedores de alimentos às pessoas dos três primeiros estratos. No primeiro estrato, 29,6% dos gastos com alimentos são realizados nesses estabelecimentos. Por outro lado, nos estratos superiores, especialmente no quinto, grande parte das compras é feita nos supermercados. As feiras livres e ambulantes se apresentam como importantes em todos os estratos de rendimento, principalmente no último, onde cerca de um quinto (20,7%) dos gastos são feitos nesses locais. Tal fato está relacionado com a importância que assumem os produtos hortifrutícolas no sétimo estrato de rendimento, tanto no que se refere à participação relativa no dispêndio total, como em relação ao dispêndio mensal "per capita" com esses alimentos. As padarias são importantes para os primeiros estratos e os açougues para praticamente todos os estratos, assim como os estabelecimentos agrupados em "outros".

Para a população como um todo constata-se a importância dos supermercados, dos empórios, armazéns e quitandas e dos açougues, para os quais são dirigidos 16,7% , 15,8% e 15,8% , respectivamente, do total dos gastos realizados com alimentos. Para as feiras livres e ambulantes e padarias, essas proporções são 13,1% e 10,7% respectivamente.

De maneira geral não há diferenças significativas entre os vários locais de compra (exceto as padarias, cooperativas e SESI), não havendo portanto um predomínio, pelo menos até o presente, dos supermercados em relação aos outros estabelecimentos ("outros", empórios, armazéns e quitandas e açougues).

Apesar das condições precárias de alimentação das pessoas de baixos rendimentos, como visto anteriormente, não se pode negar a importância que assumem como consumidores de produtos alimentícios. A tabela 16 mostra para cada tipo de estabelecimento, o quanto de suas vendas são realizadas pelas pessoas de cada estrato de rendimento. Assim, as pessoas dos três primeiros estratos de rendimento<sup>1/</sup> são responsáveis por:

43,8% do total de vendas dos supermercados

71,7% das vendas dos empórios, armazéns e quitandas

61,0% das vendas das feiras livres e ambulantes

69,7% das vendas das padarias

---

<sup>1/</sup> Essas pessoas representam 75,0% da população total, detêm 44,5% do rendimento total e participam em 62,2% do dispêndio total com alimentos.

- 65,4% das vendas dos açougues
- 67,4% das vendas do SESI
- 93,6% das vendas das cooperativas
- 59,6% das vendas de outros estabelecimentos

Verifica-se portanto que as pessoas com rendimentos até dois salários mínimos têm um papel significativo nas vendas de todos os tipos de estabelecimentos, mesmo no caso dos supermercados que até há pouco tempo se caracterizavam por ter

Tabela 16. Participação dos diversos estratos de rendimento no total do dispêndio com alimentos em cada local de compra. Botucatu, 1978 (porcentagem).

Locais de Compra	Estratos de rendimento mensal "per capita"							TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	
Supermercados	3,9	19,9	19,8	23,8	14,9	13,9	3,8	100,0
Empório, armazéns e quit.	14,5	24,8	32,4	17,8	5,6	4,8	0,1	100,0
Feiras livres e ambulantes	7,6	24,3	29,1	22,2	7,1	5,1	4,6	100,0
Padarias	8,9	28,3	32,5	19,7	3,7	5,4	1,5	100,0
Açougues	4,6	26,5	34,3	18,4	5,6	8,6	2,0	100,0
SESI	6,7	24,0	36,7	21,7	3,2	3,7	4,0	100,0
Cooperativas	5,7	60,1	27,8	4,9	0,8	0,4	0,3	100,0
Outros <sup>a/</sup>	8,5	22,3	28,8	22,6	6,0	7,1	4,7	100,0
TOTAL	7,8	24,5	29,9	20,7	6,9	7,3	2,9	100,0

<sup>a/</sup> Ver tabela 15.

Fonte: Dados da amostra.



como clientela apenas as pessoas de altos rendimentos. Deve-se, portanto, destacar o significado das pessoas nos três primeiros estratos no sentido da realização do valor dessas mercadorias, já que 62,2% do total das compras de alimentos são realizadas por essas pessoas, que têm rendimento até dois salários mínimos.

Como mostrado anteriormente, há uma forte ligação entre as pessoas de baixo rendimento e os estabelecimentos como empórios, armazéns e quitandas. Esse fato ocorre principalmente devido aos mecanismos utilizados por esses estabelecimentos, que muitas vezes se tornam também uma das únicas maneiras desses consumidores poderem comprar alimentos. Um desses mecanismos, de real importância, é o crédito fornecido especialmente pelos pequenos estabelecimentos.

Segundo COUTINHO (1969:82): "A função do crédito ao consumidor é romper a unidade entre renda disponível corrente e capacidade de gastos dos indivíduos, com isto, ao fracionar-se o preço de um produto em valores mensais compatíveis com as rendas correntes, amplia-se consideravelmente o mercado para produtos que de outra forma só seriam acessíveis a setores sociais restritos". Referindo-se a bens de consumo duráveis e não duráveis, o autor indica por uma série de razões que os primeiros, por sua própria natureza, seriam mais próprios ao funcionamento do sistema creditício. No entanto, o crédito ao consumo acaba tendendo a atingir indiscriminadamente todos os tipos de bens e serviços consumidos. Acrescen

ta que: "A pequena dimensão da renda corrente dos grupos de baixas rendas leva a que se apele a formas de financiamento de prazo reduzidíssimo, já que o consumidor não consegue fazer de seu salário um fundo que resista aos gastos dos 30 dias do mes: proliferam na periferia urbana tipos informais de relações creditícias entre consumidor e vendedor ('conta', 'caderninho' etc)" (COUTINHO, 1979:83). Deve-se ressaltar que o juro cobrado faz aumentar os preços dos produtos, podendo, portanto, se constituir num fator de diminuição do consumo.

A tabela 17 ilustra a ocorrência dessa relação creditícia existente entre vendedores e compradores de alimentos. Em média, a proporção de compras a prazo é elevada nos três primeiros estratos em relação aos estratos superiores: das compras realizadas pelas pessoas do primeiro, segundo e terceiro estratos, 30,0% , 28,9% e 24,0% respectivamente, são a prazo. Por outro lado, nos dois últimos estratos essa proporção de compras a prazo, é bastante reduzida (8,1% e 1,8% , respectivamente).

Do lado dos estabelecimentos comerciais, verifica-se que os supermercados praticamente não vendem a prazo, salvo raras exceções<sup>1/</sup>. No caso dos empórios, armazéns e quitandas constata-se que grande proporção do dispêndio de cada estrato (exceto os dois últimos) nesses estabelecimentos, a

---

<sup>1/</sup> Trata-se dos antigos armazéns que passaram a utilizar o sistema de auto-serviço, mas mesmo assim continuam com parte das vendas realizadas a prazo.

Tabela 17. Locais de compra e proporções dos gastos à vista (V) e a prazo (P). Botucatu, 1978 (porcentagem).

Locais de compra	ESTRATOS DE RENDIMENTO MENSAL "PER CAPITA"													
	1	2	3	4	5	6	7							
	V	P	V	P	V	P	V	P						
Supermercados	100,0	0,0	97,5	2,5	96,2	3,8	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0		
Empório, armazéns e quit.	34,8	65,2	16,3	83,7	20,5	79,5	39,6	60,4	2,7	97,3	90,7	9,3	100,0	0,0
Feiras-livres e ambulantes	96,4	3,6	90,0	10,0	95,0	5,0	98,2	1,8	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0
Padarias	63,6	36,4	43,5	56,5	53,5	46,5	54,7	45,3	36,3	63,7	64,1	35,9	68,4	31,6
Açougues	73,2	26,8	80,1	19,9	83,7	16,3	91,0	9,0	87,6	12,4	77,4	25,6	100,0	0,0
SESI	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0
Cooperativas	7,2	92,8	4,4	95,6	45,8	54,2	11,1	88,9	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0
Outros <sup>a/</sup>	86,3	13,7	96,1	3,9	98,2	1,8	99,0	1,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0
TOTAL	70,0	30,0	71,1	28,9	76,0	24,0	85,2	14,8	82,2	17,8	91,9	8,1	98,2	1,8

<sup>a/</sup> Idem tabela 15.

Fonte: Dados da amostra.

prazo (sempre acima de 60%). Portanto, para esses estabelecimentos o crédito configura-se como uma prática bastante comum. Também aparece uma significativa proporção de compras a prazo nas padarias, mesmo nos estratos superiores, visto principalmente o sistema muito utilizado de entregas de pão e leite para "acertar" no fim do mês. É prática comum, também, a compra a crédito nos açougues, com exceção do último estrato de rendimento. As feiras livres e ambulantes por sua vez apresentam reduzida proporção de vendas a prazo em todos os estratos de rendimento.

É importante verificar também o quanto do total de compras à vista e a prazo de cada estrato de rendimento é realizado em cada tipo de estabelecimento (tabela 18). Do total de compras à vista de cada estrato, a distribuição entre os quatro principais tipos de estabelecimentos é a seguinte:

1º estrato: outros (22,7%), feiras livres e ambulantes (17,6%), empórios, armazéns e quitandas (14,7%) e SESI (12,0%).

2º estrato: outros (20,7%), açougues (19,3%), supermercados (18,6%) e feiras livres e ambulantes (16,4%).

3º estrato: outros (20,9%), açougues (20,0%), feiras livres e ambulantes (15,9%) e SESI (15,7%).

4º estrato: supermercados (22,5%), outros (21,3%), fei-  
ras livres e ambulantes (16,2%) e açou-  
gues (15,1%).

5º estrato: supermercados (43,5%), outros (17,8%) ,  
feiras livres e ambulantes (16,4%) e  
açougues (13,6%).

6º estrato: supermercados (34,9%), outros (17,8%) ,  
açougues (15,9%) e empórios, armazéns e  
quitandas (10,4%).

7º estrato: outros (27,5%), supermercados (22,5%), fei-  
ras livres e ambulantes (21,1%) e SESI  
(13,8%).

Constata-se portanto a importância dos estabele-  
cimentos enquadrados no item "outros" em todos os estratos de  
rendimento no total das compras realizadas à vista. As fei-  
ras livres e ambulantes e os açougues também se configuram co-  
mo importantes locais de compras à vista para a maioria dos  
estratos. Os supermercados podem ser considerados como os  
principais locais de compras à vista, especialmente para as pes-  
soas do quarto estrato em diante.

Por outro lado, relativamente às compras a pra-  
zo, destacam-se os empórios, armazéns e quitandas que em todos  
os estratos (exceto os dois últimos), representam sempre mais

Tabela 18. Proporções das compras à vista (V) e a prazo (P) pelos locais de compra. Botucatu, 1978 (porcentagem).

Locais de Compra	ESTRATOS DE RENDIMENTO MENSAL "PER CAPITA"													
	1		2		3		4		5		6		7	
	V	P	V	P	V	P	V	P	V	P	V	P	V	P
Supermer- cados	11,9	0,0	18,6	1,2	14,0	1,8	22,5	0,0	43,5	0,0	34,9	0,0	22,5	0,0
Empório, armazéns e quit.	14,7	64,2	3,7	46,3	4,6	56,9	6,3	55,5	0,5	70,6	10,4	12,2	0,2	0,0
Feiras-li- vres e am- bulantes	17,6	1,5	16,4	4,5	15,9	2,6	16,2	1,7	16,4	0,0	10,0	0,0	21,1	0,0
Padarias	11,1	14,8	7,6	24,1	8,2	22,5	6,5	31,2	2,5	20,5	5,5	35,0	3,9	100,0
Açougues	9,9	8,4	19,3	11,7	20,0	12,4	15,1	8,5	13,6	8,9	15,9	52,8	11,1	0,0
SESI	12,0	0,0	13,5	0,0	15,7	0,0	12,0	0,0	5,5	0,0	5,4	0,0	13,6	0,0
Coopera- tivas	0,1	2,8	0,2	10,1	0,7	2,6	0,1	1,8	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0
Outros <sup>a/</sup>	22,7	8,3	20,7	2,1	20,9	1,2	21,3	1,3	17,8	0,0	17,8	0,0	27,5	0,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

<sup>a/</sup> Idem tabela 15.

Fonte: Dados da amostra.

de 46,0% do total de compras a prazo. Além desses estabelecimentos, as padarias também se apresentam como importantes locais de compras a prazo nesses mesmos estratos. No sexto estrato de rendimento, as maiores proporções das compras a prazo são feitas nos açougues e padarias: 52,8% e 35,0% respectivamente. As pessoas do último estrato compram a prazo apenas nas padarias.

Pode-se depreender, portanto, que a utilização do crédito é muito comum, especialmente entre os consumidores de baixos rendimentos e os estabelecimentos como empórios, armazéns e quitandas. E mais, essa relação passa a fazer parte de um círculo vicioso: no início do mês, o consumidor tem que quitar as dívidas do mês anterior sobrando-lhe apenas parte de seu salário ou rendimento, tornando-se necessário a utilização do crédito para adquirir os alimentos durante o mês. A relação entre esses estabelecimentos e os consumidores de baixos rendimentos se apresenta com um duplo sentido: do lado do pequeno comerciante o crédito se configura como uma maneira de assegurar determinada clientela, e do lado dos consumidores, como uma das estratégias de consumo. Como ressaltado anteriormente, o encarecimento dos produtos (em função dos juros cobrados), pode por outro lado acarretar uma redução no consumo, o que, a longo prazo, pode também piorar as condições de nutrição desses consumidores. No caso dos estratos de maior rendimento também são realizadas, mas em proporção menor, compras a prazo. No entanto, isso ocorre por outras razões, e não por necessidade de utilização do crédito como forma de garantir a

sobrevivência.

Cabe finalmente apresentar os resultados relativos à participação do trabalho da mulher, menores de 14 anos e outros, bem como a contribuição de cada um na composição do rendimento familiar.

A tabela 19 mostra, para cada estrato de rendimento, a proporção de chefes, mulheres, menores de 14 anos e outros no total das pessoas que auferem rendimentos. Verifica-se que nos quatro primeiros estratos de rendimento, os chefes representam menos da metade do total de pessoas, indicando portanto uma elevada participação das mulheres e de outros. A participação do trabalho dos menores de 14 anos é também relativamente importante, principalmente no primeiro estrato, onde representam quase 10% do total de pessoas. Nos demais estratos, os chefes representam sempre mais da metade do total de pessoas, diminuindo portanto a importância dos demais membros. Nos dois últimos estratos, especialmente no sexto, a participação do trabalho da mulher é importante, demonstrando que é uma prática corrente também nos maiores estratos de rendimento. No entanto, nesses estratos não há a presença do trabalhador menor, e apenas uma reduzida participação de outros. Em média, do total das pessoas que auferem rendimentos, 46,5% são chefes, 26,4% são mulheres, 6,0% são menores e 21,1% são outros membros do domicílio.

Fica evidente assim, a importância que assume o trabalho das mulheres, menores e outros principalmente nos es



tratos mais baixos de rendimentos, restando analisar a contribuição de cada um na composição do rendimento familiar (tabela 20).

Tabela 19. Participação dos chefes, mulheres, menores de 14 anos e outros no total das pessoas que auferem rendimentos. Botucatu, 1978 (porcentagem).

Estratos de Rendimento	Chefes	Mulheres	Menores de 14 anos	Outros <sup>a/</sup>	TOTAL
1	46,3	19,5	9,8	24,4	100,0
2	41,6	31,5	4,6	22,3	100,0
3	46,0	23,4	5,6	25,0	100,0
4	48,5	27,9	7,4	16,2	100,0
5	62,5	12,5	12,5	12,5	100,0
6	52,9	35,3	0,0	11,8	100,0
7	83,3	16,7	0,0	0,0	100,0
T O T A L	46,5	26,4	6,0	21,1	100,0

<sup>a/</sup> Filhos acima de 14 anos e demais pessoas do sexo masculino que auferem rendimentos.

Fonte: Dados da amostra.

Observa-se, pela tabela 20, que o valor dos rendimentos dos chefes é, em todos os estratos, maior do que a soma dos rendimentos das demais pessoas. A medida que aumenta o rendimento, a participação dos chefes na composição do rendimento familiar também aumenta, representando nos três úl-

timos estratos mais de 78% do total dos rendimentos da família. Constata-se, também, a importância que assumem os rendimentos das mulheres, menores de 14 anos e outros na composição do rendimento familiar, principalmente nos menores estratos de rendimento. Fica evidente, também, que a remuneração das mulheres, menores de 14 anos e outros encontra-se em níveis inferiores à dos chefes, pois a proporção em que participam do rendimento familiar é quase sempre menor que a proporção em que aparecem na tabela anterior, que trata do número de pessoas. A única exceção é constituída pelas mulheres do primeiro estrato, pois representam 19,5% do total de pessoas que auferem rendimentos (tabela 19) e contribuem com 21,5% do total do rendimento familiar. Mesmo assim é de fundamental importância a participação dos rendimentos das mulheres, menores de 14 anos e outros, que representam em conjunto sempre mais de um terço do total de rendimentos nos três primeiros estratos. Para a população como um todo, tem-se que do total de rendimentos auferidos 70,4% provêm dos chefes, 17,2% das mulheres, 3,0% dos menores de 14 anos e 9,4% de outros.

Em outras palavras, os resultados apresentados permitem deduzir que se trata de uma estratégia de sobrevivência a incorporação dos rendimentos de mulheres, menores de 14 anos e outros. Apesar desses rendimentos serem baixos, eles vêm se somar ao rendimento do chefe na tentativa de assegurar a subsistência da família.

Tabela 20. Participação dos rendimentos dos chefes, mulheres, menores de 14 anos e outros na composição do rendimento familiar. Botucatu, 1978 (porcentagem).

Estratos de Rendimento	Chefes	Mulheres	Menores de 14 anos	Outros <sup>a/</sup>	TOTAL
1	58,7	21,5	3,4	16,4	100,0
2	59,0	22,7	3,2	15,1	100,0
3	64,9	21,0	2,6	11,5	100,0
4	69,2	18,5	2,9	9,4	100,0
5	78,3	11,2	4,0	6,5	100,0
6	78,1	17,3	0,0	4,6	100,0
7	96,6	3,4	0,0	0,0	100,0
TOTAL	70,4	17,2	3,0	9,4	100,0

<sup>a/</sup> Idem tabela 19.

Fonte: Dados da amostra.

## 5. CONCLUSÕES

A análise elaborada na presente pesquisa leva a algumas conclusões relativas ao consumo de alimentos. A partir da revisão dos principais trabalhos sobre o assunto, pôde-se depreender que:

- a) há uma parcela significativa da população brasileira com deficiências nutricionais, constatação esta que vem sendo mostrada desde estudos mais antigos;
- b) os estudos recentes têm demonstrado que as principais deficiências nutricionais são calóricas e proteicas, em contraposição aos estudos anteriores, que indicavam como principal problema a deficiência proteica;
- c) com referência às variáveis explicativas da desnutrição, a renda se configura como a mais importante.

Entretanto, a outras variáveis, como por exemplo a educação, tem sido atribuído um papel fundamental, mas que no nosso entender deve ser bastante relativizado como determinante do nível nutricional. O papel da educação será mais importante se houver um processo de redistribuição de renda, quando as famílias deverão saber adaptar seu padrão de consumo nova situação:

- d) muitas propostas para a solução do problema têm se apresentado de formas simplistas e paliativas, em virtude principalmente de se detectar como causas alguns fatores que, embora tenham relação com a desnutrição, não são verdadeiramente seus determinantes.

Além disso é bastante comum os estudos prendem-se a determinação da estrutura do consumo de alimentos, à constatação de um maior ou menor grau de desnutrição, sem considerar outros aspectos envolvidos na questão. Quanto a isso, tem-se a acrescentar que o consumo não pode ser visto isoladamente, pois há uma série de relações complexas entre a produção agrícola, a indústria alimentar, a comercialização e o próprio consumo de alimentos. Cada uma dessas fases determina e é determinada por outra, e constituem "momentos" do processo econômico com uma unidade indissolúvel. Ficou evidenciado, por exemplo, a importância do capital comercial e/ou industrial, cujo objetivo é a obtenção de maiores lucros, no sen-

tido de ter maior controle sobre o processo de produção agrícola, bem como de utilizar diversos mecanismos visando o aumento da demanda e conseqüentemente "forçando" um determinado padrão de consumo. Desta forma, o estudo do consumo de alimentos deve levar em consideração esses outros fatores.

Esses aspectos apontados, que têm características próprias em um determinado padrão de desenvolvimento, e que antes de tudo refletem o próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil, têm trazido como conseqüência a formação de um contingente populacional cuja reprodução é extremamente dificultada em função principalmente dos baixos rendimentos auferidos. Em vista disso, essa parcela da população deve lançar mão de certos artifícios que possibilitem a sua sobrevivência.

Levando em consideração esse quadro de referência, o estudo do consumo de alimentos em Botucatu prendeu-se à análise da estrutura de consumo bem como de algumas estratégias de consumo utilizadas especialmente pelas pessoas de baixos rendimentos. Nesse sentido, as principais conclusões obtidas foram:

- a) que há uma distribuição bastante desigual dos rendimentos: as pessoas do primeiro estrato de rendimento, que representam 16,8% do total, detêm apenas 3,7% do total de rendimentos enquanto as pessoas dos dois últimos estratos, que representam apenas 5,5% da população, apropriam-se de mais de um quinto (21,5%) dos rendimentos. Considerando agrupada-

mente os dois primeiros estratos, tem-se que quase metade da população (47,9%) possuem menos de um quinto (18,3%) do total de rendimentos. Essa distribuição desigual dos rendimentos se reflete numa diferenciação da estrutura de consumo alimentar;

- b) que a proporção do rendimento gasto em alimentação diminui à medida que aumentam os rendimentos; enquanto no primeiro estrato, quase 60% do rendimento é gasto em alimentação, no estrato superior essa porcentagem não chega a atingir 10%. Nos dois primeiros estratos, onde está cerca de 48% da população, a alimentação absorve, em média, mais de 50% dos rendimentos;
- c) que a maior parte dos gastos com alimentação para as pessoas dos estratos de menor rendimento se dá com alimentos energéticos (cerca de 49,1% e 38,4% para as pessoas do primeiro e segundo estratos, respectivamente), ao passo que nos estratos superiores essa proporção é maior para os alimentos protéicos-animais: 45,8% e 37,9% do total de dispêndio das pessoas do sexto e sétimo estratos, respectivamente. Essas constatações não significam necessariamente que a população de menores rendimentos tenha suas necessidades calóricas satisfeitas, mas que estaria tentando suprir-se de calorias como necessidade imediata, vital para o funcionamento do orga

nismo. Mesmo sendo importantes os alimentos energéticos na cesta de alimentos das pessoas dos estratos de menor rendimento, em termos de gastos "per capita" com esses alimentos os valores são substancialmente menores que os encontrados para as pessoas dos estratos superiores, o que pode indicar a não satisfação das necessidades calóricas por parte das pessoas dos menores estratos. A diferença muito mais acentuada ainda quando se trata dos alimentos protéicos animais e hortifrutícolas. Em média, as variações no dispêndio total "per capita" são também bastante acentuadas, sendo 4,6 e 2,7 vezes menores os gastos totais com alimentos dos primeiro e segundo estratos de rendimento, em relação ao último;

- d) que os locais de compra também variam conforme o nível de rendimento, destacando-se a importância dos empórios, armazéns e quitandas como fornecedores de alimentos às pessoas de baixos rendimentos: no primeiro estrato, 29,6% dos gastos com alimentos são realizados nesses estabelecimentos. Mesmo para outros tipos de estabelecimentos as famílias com rendimentos até 2 salários mínimos têm um papel significativo como compradores de alimentos. Essas pessoas são responsáveis por: 43,8% do total de vendas dos supermercados; 71,7% das vendas dos empórios, armazéns e quitandas; 61,0% das vendas das



feiras-livres e ambulantes; 69,7% das vendas das padarias; 65,4% das vendas dos açougues; 67,4% das vendas do SESI; 93,6% das vendas das cooperativas e 59,6% das vendas de outros estabelecimentos.

Especificamente em relação às estratégias utilizadas pelas pessoas de baixos rendimentos, pôde se concluir que, no tocante à habitação, essas pessoas procuram ocupar um espaço bastante pequeno para acomodar a família a fim de reduzir o custo monetário de moradia. Enquanto para as famílias de menores rendimentos há a necessidade de se ter em torno de duas pessoas por quarto (no primeiro estrato de rendimento são em média 2,8 pessoas por quarto), no estrato superior há mais de um quarto por pessoa.

Em segundo lugar, verificou-se que a utilização do crédito ("caderneta", "conta". etc.) por parte das pessoas de baixos rendimentos é uma prática bastante comum, representando cerca de 29% do total de gastos das pessoas com rendimentos até um salário mínimo. Essas compras a prazo são feitas em maior proporção nos empórios, armazéns e quitandas e constituem, do lado desses pequenos comerciantes, uma maneira de assegurar determinada clientela e, do lado dos consumidores, uma das formas de poder continuar comprando alimentos.

Verificou-se também que a incorporação do trabalho remunerado de mulheres, menores de 14 anos e outros membros da família é bastante importante nos estratos de menor

rendimento, representando nos quatro primeiros estratos mais da metade do número de pessoas que trabalham. Nos estratos superiores é mais relevante o trabalho dos chefes, que ai constituem mais da metade do número total de pessoas que têm rendimento.

Na composição do rendimento familiar, destaca-se também a importância que assumem os rendimentos auferidos pelas mulheres, menores de 14 anos e outros membros da família, que representam em conjunto mais de um terço do total de rendimentos das famílias dos três primeiros estratos. Apesar dos rendimentos das mulheres, menores de 14 anos e outros serem baixos, eles vêm se somar ao rendimento do chefe na tentativa de assegurar a subsistência da família.

Finalmente, cabe destacar que as condições precárias de alimentação das pessoas de baixos rendimentos não se configuram apenas como reflexo de determinada conjuntura (alta do custo de vida, inflação, etc.), mas sim de um determinado modelo de desenvolvimento que estruturalmente requer uma distribuição desigual da riqueza. Assim, os programas de nutrição (programas educacionais, distribuição de alimentos, etc.) que procuram resolver a questão pelos determinantes aparentes da desnutrição, sem alterar a renda e/ou sua distribuição, não constituem solução definitiva do problema.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALVES, E.L.G., 1979. Desnutrição e Pobreza no Brasil: Algumas Evidências. In: Cadernos de Pesquisa, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nº 29, junho de 1979, p. 77-86.
- ALVES, E.L.G. e J.L.T.VIEIRA, 1978. Evolução do Padrão de Consumo Alimentar da População da Cidade de São Paulo. In: Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, IPEA, vol. 8, nº 3, dez. de 1978:727-756.
- BARROS, M.S. et alii, 1978. Mercado Varejista de Gêneros Alimentícios da Grande São Paulo - Uma Abordagem Estrutural. In: Agricultura em São Paulo. São Paulo, Instituto de Economia Agrícola, Ano XXV, tomo I e II, p. 219-268.
- CAMPINO, A.C.C. et alii, 1975. Fatores Sócio-Econômicos Associados à Nutrição no Município de São Paulo. In: Estudos Econômicos. São Paulo, IPE-USP, vol. 5, nº 1, p. 7-35.

- CASTRO, A.B., 1972. Aspectos da Interdependência Econômica entre a Estrutura de Consumo e a Comercialização Agrícola. Tese de Doutorado apresentada à ESALQ-USP, 100 p.
- CASTRO, A.C. et alii, 1979. Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira: Síntese das Transformações. Brasília, BINAGRI, 270 p.
- COELHO, H.A. e Y.S.B.SAMPAIO, 1976. Estado Nutricional e Condições Sócio-Econômicas. In: Rev. Econ. Nord., Fortaleza, nº 7, p. 451-468.
- COUTINHO, M., 1979. Padrões de Consumo e Distribuição de Renda no Brasil. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / UNICAMP. 106 p. (Dissertação de Mestrado).
- DEPARTAMENTO DE MEDICINA EM SAÚDE PÚBLICA. Faculdade de Medicina de Botucatu / UNESP. Tabela de Composição de Alimentos: Compilada (mimeog).
- DIEESE, 1979. Informe Estatístico. Ano V, nº 12, 30 p.
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 1975. Consumo Alimentar. In: Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 10, outubro de 1975. p. 72-79.
- GRAZIANO DA SILVA, J.F. et alii, 1978. Estrutura Agrária e

Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. São Paulo, Editora HUCITEC. 267 p.

GRAZIANO DA SILVA, J.F. e O.QUEDA, 1979. Distribuição da Renda e da Posse da Terra na Produção e Consumo de Alimentos. In: Pinski, J. (org.), Capital e Trabalho no Campo. 2a. ed., São Paulo, Editora HUCITEC, 127-146 p.

GIOVANNI, G., 1980. A Questão dos Remédios no Brasil. São Paulo, Editora Polis. 148 p.

HOFFMANN, R. e S.VIEIRA, 1977. Análise de Regressão: uma Introdução à Econometria. São Paulo, Editora HUCITEC. 339 p.

IBGE, 1978. Condições de Vida da População de Baixa Renda nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e Porto Alegre. Fundação IBGE, Deptº de Estudos e Indicadores Sociais. 85 p.

IBGE, 1980. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, vol. 4, tomo 2, 34 p.

IBGE, 1980. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, vol. 4, tomo 8, 34 p.

INCRA, 1974. Estatísticas Cadastrais /1. Sistema Nacional de Cadastro Rural. Recadastramento de 1972. Brasília (DF).

INCRA, 1976. Estatísticas Cadastrais / 2. Sistema Nacional de Cadastro Rural. Recadastramento de 1972. Brasília (DF).

ISTO É, 1980. IBGE informa: A Renda Continua Concentrada. Re vista ISTO É, nº 182, junho de 1980, p. 86.

IYDA, M., 1979. Mudanças nas Relações de Produção e Migrações: O caso de Botucatu e São Manuel. São Paulo, Faculdade de Saúde Pública / USP. 143 p. (Dissertação de Mestrado).

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 1980. Aumenta o Consumo de Massas: Famílias Mudam o Orçamento para manter Dieta Alimentar. 24 de agosto de 1980, p. 29.

JORNAL MOVIMENTO, 1978. Pesquisa Operária: o Trabalhador, o Custo de Vida e a Farinha. 12 de junho de 1978, p. 23.

LE MOS, M.B. e V.SERVILHA, 1979. Formas de Organização da Pro dução de Arroz e Feijão no Brasil. Brasília, BINAGRI, 290 p.

MALUF, R.S., 1977. A Expansão do Capitalismo no Campo: o Arroz no Maranhão. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / UNICAMP. 132 p. (Dissertação de Mestrado).

MARTINS, J.S., 1979. O Estudo da Fertilidade Humana no Estado de São Paulo: notas e informações sobre o transbordamento temático e o descompasso teórico. In: Ciência e Cultura,

São Paulo, SBPC, vol. 31, nº 5, maio de 1979.

MARX, K., 1977. Contribuição à Crítica da Economia Política.

São Paulo, Ed. Martins Fontes. 351 p.

MATTOS, L.S. et alii, 1979. Manual de Nutrição (Textos de Instrução Programada). São Paulo, Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo. 140 p. (mimeo.).

MONTEIRO, C.A., 1977. A Desnutrição e o Planejamento Econômico-Social. In: Saúde e Debate. São Paulo, CEBES, nº 3, Abril-maio e junho de 1977, p. 58-67.

OLIVEIRA, F., 1977. A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro. Edição do GRAAL. 159 p.

PEREZ, M.C.R.C., 1973. Contribuição ao Estudo da Elasticidade - Renda do Consumo de Alimentos. Piracicaba, ESALQ/USP. 94 p. (Dissertação de Mestrado).

PEREIRA, S.M.P., 1973. Nível de Vida das Famílias Rurais do Município de Botucatu. Botucatu, F.C.M.B.B., 157 p. (Tese de Doutorado).

PINTO, L.C.G., 1979. A Política Agrícola Concentra Renda e Riqueza. Jornal do Engenheiro Agrônomo (JEA), nº 94, Fevereiro de 1979, p. 14-15.

QUEDA, O., 1978. Capitalista que se preza nao produz mercado-  
ria que pobre come. Entrevista ao Jornal do Engenheiro Agrô-  
nomo, nº 87, abril de 1978, p. 6-7.

QUEDA, O. et alii, 1979. Evolução Recente das Culturas de Ar-  
roz e Feijão no Brasil. Brasília, BINAGRI. 90 p.

REZENDE, P.S., 1974. Matriz de Elasticidades da Procura e  
Projeção de Consumo de Produtos Agrícolas, em Juiz de Fora,  
Minas Gerais. Viçosa, U.F.V. 101 p. (Dissertação de Mes-  
trado).

SALOMON, J.B.R., 1978. Nutrição - A Respeito dos Resultados  
de uma Pesquisa Pioneira do IBGE. In: Anais do 5º Simpó-  
sio de Alimentação e Nutrição. Maceió, 1º vol., p. 147-159.

SAMPAIO, Y. e H.A.L.COELHO, 1978. Estado Nutricional e Condi-  
ções Sócio-Econômicas: o Problema Revisitado. Rev. Saúde  
Pública, São Paulo, 12:157-67.

SANTOS, J.V.T., 1978. Colonos de Vinho. São Paulo, Editora  
HUCITEC. 182 p.

SANTOS, R., 1973. Leis Sociais e Custo da Mão-de-Obra no Bra-  
sil. São Paulo, LTr Editora, Ed. da Universidade de São  
Paulo. 393 p.



- SGARBIERI, V.C., 1979. A Nutrição em Transição - Novas Descobertas e Tendências. Ciência e Cultura, vol. 31, nº 3, São Paulo, p. 262-79.
- SOBRAL, G., 1973. Demanda de Alimentos no Brasil. Piracicaba, ESALQ / USP. 133 p. (Dissertação de Mestrado).
- SORJ, B., 1980. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro, ZAHAR Editores. 152 p.
- SOUZA, P.R.C., 1980. A Determinação dos Salários e de Emprego nas Economias Atrasadas. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / UNICAMP. 190 p. (Tese de Doutorado).
- SUPLICY, E.M., 1981. Pesquisa sobre Padrão de Vida. Jornal Folha de São Paulo, 19 de abril de 1981.